



Terras
do Côa

da Malcata ao Reboredo

os valores do Côa

Ficha Técnica

Título

Terras do Côa / da Malcata ao Reboredo
Os Valores do Côa

Promotor e Editor

Estrela-Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda

Concepção e Coordenação

Parque Arqueológico Vale do Côa

Fotografia e Secretariado

Centro Nacional de Arte Rupestre

Edição co-financiada por

Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA)
Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR)

Design Gráfico

José Luís Madeira

Execução

SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Tiragem

1500 exemplares

Depósito legal

124831/98

ISBN

972-97832-0-9

1998

Fotografia da capa

Gravura rupestre de 1944, Foz do Rego da Vide, Vale do Côa (CNART)

Terras do Côa Da Malcata ao Reboredo

COORDENAÇÃO:

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima

FOTOGRAFIA:

Manuel Almeida

AUTORES:

ALEXANDRA CERVEIRA PINTO S. LIMA

Mestre em Arqueologia (Instituto de Conservação da Natureza, colaboradora do Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANA MARGARIDA CARVALHEIRA

Mestre em História de Arte

ANTÓNIO FAUSTINO DE CARVALHO

Mestre em Pré-História e Arqueologia (Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA

Arqueólogo (Director do Centro Nacional de Arte Rupestre)

FERNANDO MAIA PINTO

Arquitecto (Director do Parque Arqueológico Vale do Côa)

FRANCISCO SANDE LEMOS

Doutorado em Pré-história e História da Antiguidade (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

GASPAR MARTINS PEREIRA

Doutorado em História Contemporânea (Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; coordenador do Grupo de Estudos Históricos da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto - GEHVID)

GONÇALVES GUIMARÃES

Mestre em Arqueologia (Director da Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, V.N.Gaia; assistente convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique)

HELOÍSA SANTOS

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

ISABEL ALEXANDRA LOPES

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

ISABEL MARIA FERNANDES

Bolseira de Doutoramento do Praxis XXI / Universidade do Minho

JORGE ARGÜELLO

Doutorado em História (pela Univ. de Oviedo) e bolseiro de pós-Doutoramento da *Fundación para el Fomento de la Investigación Científica Aplicada y Técnica del Principado de Asturias*

JORGE FORTUNA

Ecólogo (colaborador do Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos)

LAURA CASTRO

Mestre em História de Arte (Departamento de Museus e Património da Câmara Municipal do Porto)

MARCOS OSÓRIO

Arqueólogo (Câmara Municipal do Sabugal)

MIGUEL AREOSA RODRIGUES

Mestre em Arqueologia (Instituto Português do Património Arquitectónico/Porto; investigador do GEHVID)

PAULA BARREIRA ABRANCHES

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

PAULO DORDIO

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

RICARDO TEIXEIRA

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

SUSANA COSME

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

SUZANA FARO

Pós-Graduada em Museologia (Responsável pelo Museu da Indústria Têxtil, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão)

THIERRY AUBRY

Doutorado em Arqueologia (pela Univ. de Bordéus) (Parque Arqueológico Vale do Côa)

Sumário

Introdução	7	CAPÍTULO III	
CAPÍTULO I		CONSTRUÇÃO E ESPAÇO SAGRADO:	
CENTROS DE POVOAMENTO:		UM PERCURSO PELA ARQUITECTURA RELIGIOSA	
UM PERCURSO PELAS VILAS MEDIEVAIS		Património Religioso Edificado e Arte Sacra.	
Notas de viagem pelas vilas do Riba Côa e algumas vilas no Riba Douro	15	Registo de ocorrências discretas	103
I – Quatro antigas vilas que guardavam o Douro:		<i>O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Aguiar</i>	117
Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros e Alva	15		
II – No final do século XIII a aldeia de Torre de Moncorvo		CAPÍTULO IV	
substituiu a vila de Santa Cruz da Vilarça	18	SABERES TRADICIONAIS: O BARRO, O FERRO E A SEDA	
III – Vila nova do rei D. Dinis na foz do rio Côa	22	A Olaria	135
IV – Vila Velha de Numão - Um projecto de investigação		– A olaria de Felgar / Larinho	136
arqueológica em curso	24	– A olaria de Santa Comba / Barreira	137
V – Três Comendas Velhas da Ordem de Cristo:		A Olaria de Malhada Sorda	141
Longroiva, Muxagata e Meda	30	O trabalho do ferro	144
VI – Da «cidade» romana dos Aravi à vila medieval e moderna		Olhares sobre a seda nas terras do Côa	151
de Marialva	32		
VII – Da <i>penela</i> alto medieval de «Moraria» à vila fortificada		CAPÍTULO V	
de Moreira de Rei	36	TERRAS DO CÔA: DOMINANDO A PAISAGEM	
VIII – A vila de Trancoso onde D. Dinis festejou as bodas do casamento		Património Natural do Vale do Côa: uma abordagem	163
com D. Isabel de Aragão	38	Senhora do Castelo de Urros	166
IX – Castelo Melhor e Almendra: duas vilas do reino de Leão		Senhora do Castelo da Adeganha	168
que passaram a ser uma só no Reino de Portugal	41	Senhora dos Montes Ermos	170
X – A vila leonesa de Castelo Rodrigo, a vila portuguesa de Pinhel		Marialva	173
e o passo do Côa na Ponte Velha	43	Sabugal Velho	174
XI – A vila medieval de Almeida sob a praça militar de fronteira		Caria Talaia	176
dos séculos XVII e XVIII	51	Sortelha	178
XII – A vila leonesa de Castelo Bom, a vila portuguesa de			
Castelo Mendo e o passo do Côa no Porto de S. Miguel	55	CAPÍTULO VI	
XIII – Duas pontes do Côa no caminho entre três vilas leonesas		TERRAS DO BAIXO CÔA:	
e duas vilas portuguesas	59	PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA	
		As gravuras, a beleza e a liberdade	183
CAPÍTULO II		O povoamento paleolítico da bacia do baixo Côa	184
O APROVEITAMENTO DE RECURSOS E A CONSTRUÇÃO		Do fim do Paleolítico à aquisição da Escrita no Baixo Côa	190
DA PAISAGEM: UM PERCURSO PELAS QUINTAS		A arte do Côa e Alto Douro e o Centro Nacional de Arte	
Apontamentos sobre a Vinha e o Vinho no Douro Superior	77	Rupestre (CNART)	196
O Côa, as quintas e o povoamento romano subjacente	85	Ler na Paisagem Contemporânea Paisagens Medievais e Modernas	202
– As Quintas	85	Das Escavações arqueológicas ao Museu de Sítio da Ervamoira:	
– Quintas, <i>villae</i> e povoamento em época romana	87	um programa global de investigação multidisciplinar	205
– Outras modalidades do povoamento romano	90	Projecto de Investigação Arqueológica do Território do Monte	
– Percursos	92	do Castelo (Almendra)	209



Capítulo I

Centros de povoamento:
um percurso
pelas
Vilas medievais

NOTAS DE VIAGEM PELAS VILAS DO RIBA CÔA E ALGUMAS VILAS NO RIBA DOURO

I - Quatro antigas vilas que guardavam o Douro: Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros e Alva

Actualmente, destas quatro antigas vilas, apenas Freixo de Espada à Cinta mantém o estatuto de vila e sede de concelho. Mós e Urros são aldeias do concelho de Torre de Moncorvo e Alva é um conjunto de ruínas no topo de uma colina sobranceira ao Douro. É nas respectivas cartas de foral concedidas por D. Afonso Henriques que três destas vilas são pela primeira vez mencionadas. Freixo de Espada à Cinta entre 1155 e 1157¹, Mós um pouco mais tarde em 1162² e Urros em 1182³. Alva, de que se não conhece a concessão de foral, surge pela primeira vez mencionada juntamente com Freixo e Urros, como um dos castelos tomados pelos leoneses na invasão de Junho de 1212⁴. Eram com toda a certeza comunidades de há muito instaladas na região que, na 2ª metade do séc. XII, por via de uma nova proximidade e aliança com o rei de Portugal, expressa pela concessão do foral, se integram no plano reordenador da Monarquia.

O tipo de implantação e de organização do povoado destas comunidades mostra um padrão semelhante. Não são implantações roqueiras mas cabeços pouco elevados situados na borda de plataformas rodeadas por linhas de água. O povoado era constituído por uma pequena cerca de contorno ligeiramente ovalado deixando no seu exterior próximo a igreja. A dimensão dos respectivos termos parece ter sido também reduzida, correspondendo aproximadamente ao de uma freguesia actual.

A partir do século XIII, as trajectórias destas comunidades vão revelar-se divergentes. Freixo, sempre com o apoio

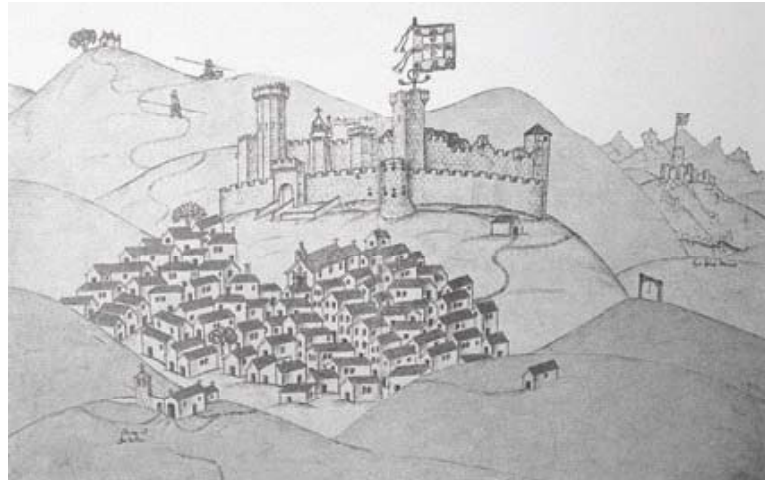


Fig. 1 – Freixo de Espada à Cinta - vista Sul no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 2 – Freixo de Espada à Cinta - vista Sul

No séc. XVI, a primitiva cerca ovalada, possivelmente em alvenaria de xisto, estava transformada num forte castelo de silharia de granito com numerosas torres adossadas e rodeado pelo muro baixo da barbacã tendo as principais obras decorrido nos reinados de D. Dinis, D. Fernando (1376) e D. Manuel I (1513). Intra-muros já não vivia senão o alcaide enquanto a população, que constituía a terceira maior concentração em Trás-os-Montes, habitava no extenso arrabalde em expansão a partir do largo da igreja de S. Miguel. Nos altos sobranceiros à vila destacavam-se a ermida de Santa Maria do Vilar (onde estão hoje as ruínas do convento de S. Filipe de Néri), a ermida da Senhora dos Montes Ermos e o Cabeço da Forca (designação por que é ainda conhecido).

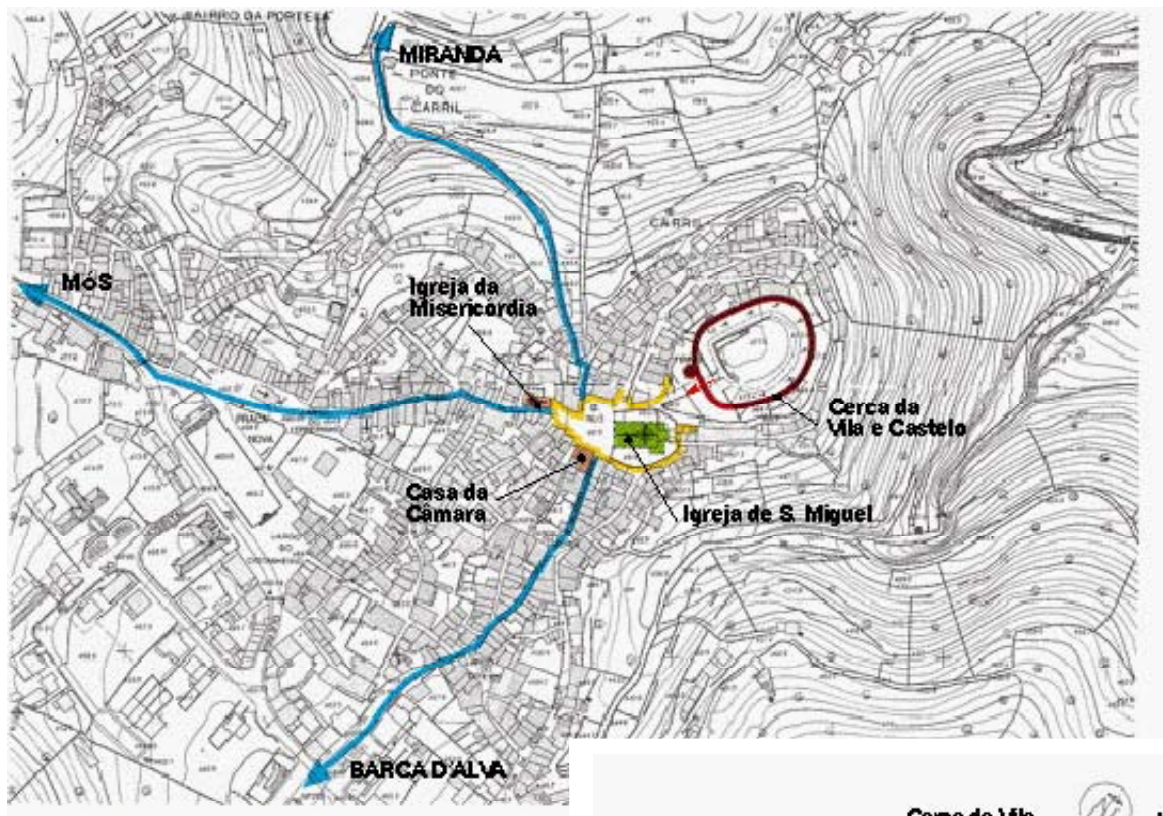
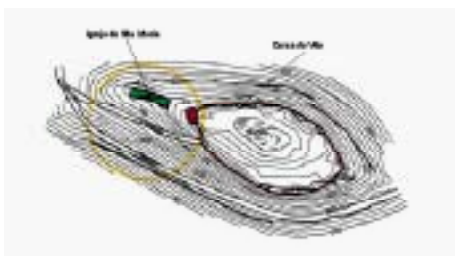
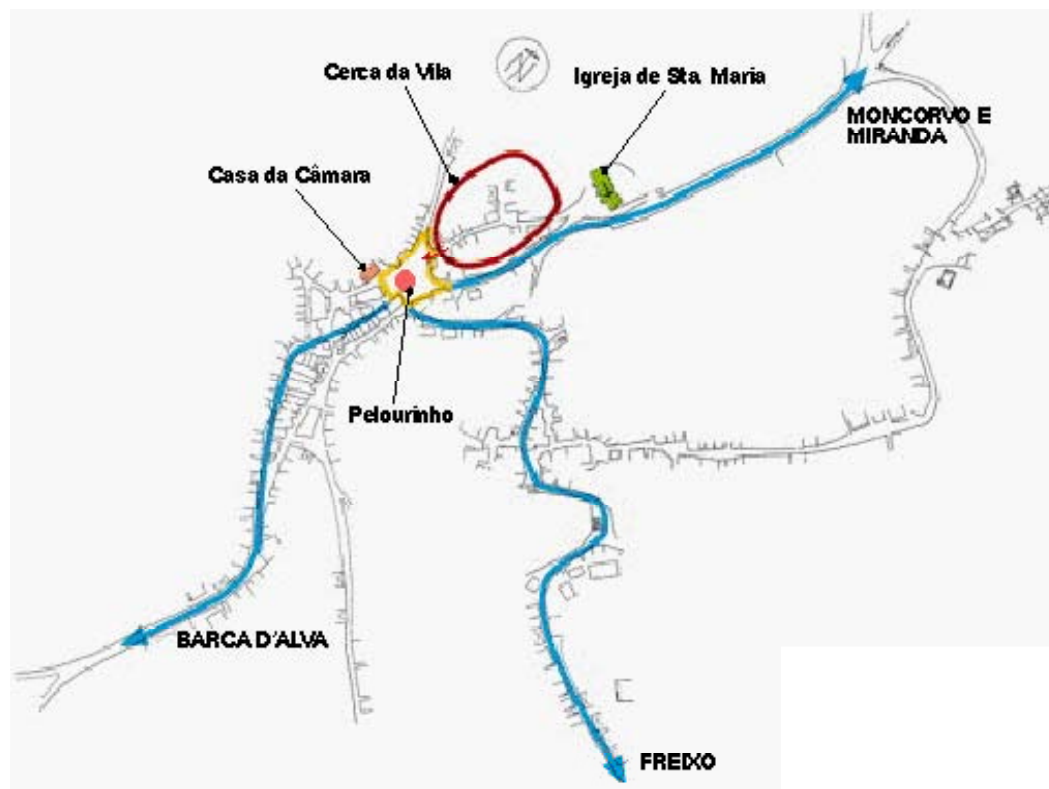


Fig. 3 – Freixo de Espada à Cinta - planta interpretada

Fig. 4 – Alva - planta interpretada

Fig. 5 – Mós - planta interpretada

As três plantas mostram idêntico padrão urbano vendo-se pequenas cercas de contorno ovalado que deixam no exterior a única igreja existente em cada uma das vilas; junto da porta principal da cerca delimita-se um largo - a Praça central - de onde arrancam os principais eixos de saída da vila que estruturaram a formação do primeiro arrabalde no exterior e depois a continuação da expansão urbana; é neste largo que mais tarde se virão a implantar a Casa da Câmara e o Pelourinho; nos casos de Freixo e de Alva é também neste largo que se localiza a igreja paroquial. Em Mós ergue-se do lado oposto.



0 50 100 200m

régio, alarga o termo subordinando Alva e Urros, ao mesmo tempo que investia fortemente na transformação das suas fortificações e concentrava população. Assim, tendo Alva sido ocupada pelos leoneses com o acordo dos seus habitantes, em data anterior a 1236, D. Sancho II faz doação deste lugar ao Concelho de Freixo – como sua aldeia – mandando expulsar os que aí moravam quando os leoneses se apoderaram dela⁵. Também as inquirições de 1258 referem-se a Alva testemunhando que D. Sancho II tinha dado aquela povoação por termo à vila de Freixo⁶. Já no reinado de D. Dinis, o Concelho de Alva pedia ao rei para aumentar a sua povoação com 400 moradores. A oposição do Concelho de Freixo levou o rei a recusar o pedido por carta de 1311⁷.

Pela mesma época em que Alva passava a integrar o termo de Freixo, o rei D. Sancho II concedia-lhe também o lugar de Urros que, sendo fortificado, estava ermo, pelo que temia pudesse ser ocupado pelos seus inimigos para a partir daí fazerem guerra⁸. Urros parece ainda ter mantido uma certa jurisdição pois era designado no final do século XIV por julgado. Acabaria por ser integrado no termo da vila de Torre de Moncorvo como se colhe de quatro cartas do rei D. Fernando datadas de entre 1366 e 1376. Na primeira daquelas datas, os moradores de Urros e do Peredo eram obrigados a trabalhar na obra da fortificação de Torre de Moncorvo. Quatro anos depois, o rei D. Fernando dava por termo desta vila os julgados durros [e] do predo com seus termos. Outra carta do mesmo rei, datada de 1376, confirma a anterior doação pois o logo d'Urros era terra chã e de pouca campanha e que non auya nem huma fortalleza, donde se conclui que as fortificações que aí existiam na 1ª metade do século XIII tinham já desaparecido. Ainda outra carta do mesmo rei, datada daquele ano, parece conservar memória da antiga subordinação mandando que as aldeias de Urros e de Maçores, termo da vila de Torre de Moncorvo, devem deixar de dar adua para as fortificações da vila de Freixo como costumavam e passar a servir nas obras da vila de Torre de Moncorvo⁹.

Paralelamente ao alargamento do termo, as fortificações da vila de Freixo também sofrem importantes transformações. Nas Inquirições de 1258 é referida a igreja de S. Miguel da qual o

Concelho levava duas partes da renda para as obras do castelo¹⁰. Estas fortificações parecem ter tido também forte intervenção de D. Dinis afirmando Rui de Pina na Crónica daquele rei que ele povoou de novo, e fez o castelo de Freixo¹¹. Uma carta de D. Fernando datada de 1376 refere-se à construção de hum apartamento da alcaçere que aquele rei mandou fazer em Freixo de Espada à Cinta¹². Segundo o Numeramento de 1527-32 a vila de Freixo tinha um bõ castello, forte, cerqado, omde nam vyve mais que o alcaide. O número de moradores (= fogos) na vila e arrabaldes atingia a elevada soma de 447, apenas ultrapassada, na Comarca de Trás-os-Montes, por Bragança e Vila Real (com 481 e 478). Os desenhos de Duarte D'Armas, mostram a antiga cerca ovalada transformada num castelo com numerosas torres adossadas e rodeado pelo muro baixo da barbacã ao mesmo tempo que um já extenso arrabalde se expandia a partir da igreja de S. Miguel.

Entretanto a aldeia de Alva já não existia no séc. XVI, não sendo mencionada no Numeramento de 1527-32. António Coelho Gasco, juiz de fora, dos orfãos e capitão-mor na vila de Freixo pelos anos 30 do séc. XVII, descreve o estado de abandono em que a encontrou no Antiquario discurso apresentado em homenagem à visita do arcebispo de Braga D. Rodrigo da Cunha, repleto de notas eruditas colhidas quando fazia o tombo, por mandado de Sua Magestade¹³. Aí se menciona a descoberta de uma ara romana dedicada a Júpiter, por entre as ruínas da vila. No final desse século, o Pe. Carvalho da Costa dizia na Corographia Portugueza que no limite do lugar de Poiars, termo da vila de Freixo, estava a Ermida de Nossa Senhora de Alva, & junto a ella hum arruinado Castello com suas muralhas, aonde antigamente esteve fundada a Villa de Alva lembrando ainda que D. Sancho II a privou dos privilegios de Villa, dando-a por Aldea do termo a Freixo e que depois de todo se despovoou, & arruinou, ficando sómente a barca, que ainda navega no rio com o nome de barca de Alva, & a referida Ermida de Santa Maria, que tem annexo hum beneficio simples do Padroado Real¹⁴. Actualmente, sobre uma colina que se destaca na paisagem dominando o Douro, ainda se observam as ruínas da cerca da vila de Alva e da igreja de Santa Maria.

O desenvolvimento da vila de Mós foi desde cedo acarinhado pelo poder régio. D. Sancho I, em Maio de 1200, vindo de Trancoso em direcção a Bragança, e encontrando-se em Chacim, não muito longe de Mós, doa o reguengo de Cilhade aos seus povoadores afirmando que o fazia por Deus e pelo bom serviço que havia recebido e esperava continuar a receber do seu castelo de Mós¹⁵. A intervenção régia nas obras das fortificações da vila são também referidas em documentos dos sécs. XIII e XIV. Nas Inquirições de 1258 refere-se que o concelho guardava a terça das dízimas da igreja de Santa Maria de Mós que se destinava à reparação e manutenção do castelo da vila¹⁶ e uma carta régia datada de 1335 testemunha a mesma situação declarando D. Afonso IV que concedia a terça da (...) Igreja de Móos a Pedro Dias, seu procurador na terra de Bragança, se o muro do dito Lugar de Móos he acabado, e que de futuro quando comprir de se adubar esse muro em alguma cousa, que el o adube pela renda da dita Igreja¹⁷.

A vila era defendida por uma pequena cerca de contorno ovalado com muros de alvenaria de xisto. O urbanismo intra-muros é hoje difícil de caracterizar dado o estado de abandono desse espaço. Distingue-se porém um eixo estruturador de sentido N/S a que chamam Rua Direita. A igreja de Santa Maria localizava-se no exterior, do lado Norte. Junto da porta principal do muro da cerca desenvolveu-se o arrabalde em torno do largo onde se localizavam a Casa da Câmara e o pelourinho, recentemente restaurado. O arrabalde cresceu ao longo dos principais caminhos de saída em direcção a Freixo de Espada à Cinta, Barca d'Alva, a Torre de Moncorvo ou Miranda.

Porém a trajectória desta vila no final da Idade Média e durante a Idade Moderna parece ser mais de decadência e despovoamento, observando-se em paralelo o crescimento da única aldeia do termo, Carviçais. Em 1372, no contexto das guerras com Castela, D. Fernando dava a Torre de Moncorvo, por termo, os lugares de Mós e de Vilarinho da Castanheira, visto que non som taaes que se defendam nem possam defender por ssey¹⁸. Antes de 1450, foi aqui instituído um couto de homiziados, pedindo o concelho à coroa novos privilégios com ele relacionados porque a vila estava mujto desfallecida de jentes que em ella soiam dauer por as guerras e

grandes pestelencias que sse sseguyrom¹⁹. O Numeramento, em 1527-32 referia que era a vila cerçada e a cerca em alguas partes derribada. No termo, a aldeia de Carviçais tinha quase tantos moradores como a vila: 43 para 54. O Pe. Carvalho da Costa, no final do século XVII, também regista esta mesma situação de decadência escrevendo que nesta Villa se vê quasi hum arruinado Castello com sua cisterna dentro delle, que mostra ser a Villa antigamente povoação de mais conta²⁰. Nessa altura, já a aldeia de Carviçais, que continuava a ser o único lugar do termo, atingia os 250 fogos quando a vila estava reduzida a 90. A antiga vila e concelho não sobreviveria depois às reformas administrativas do séc. XIX que a transformaram numa aldeia de Torre de Moncorvo.

II - No final do séc. XIII a aldeia de Torre de Moncorvo substituiu a vila de Santa Cruz da Vilarça

As ruínas da vila velha de Santa Cruz, situadas no topo de uma colina dominando o vale da Vilarça, conservam a memória de uma vila nova de fundação régia que se deve às iniciativas do Rei D. Sancho I e que recebeu carta de foral de D. Sancho II em 1225²¹. No extenso termo, que abrangia todo o Vale da Vilarça, estavam incluídas muitas outras comunidades. A uma delas – Junqueira da Vilarça – o rei tinha mesmo reconhecido anteriormente autonomia através da concessão de carta de foral. O testemunho das Inquirições do rei Afonso III em 1258 esclarece que quando quiseram povoar a Santa Cruz no tempo do avô [= D. Sancho I] do rei que agora reina deram à Ordem do Hospital uma herdade reguenga localizada em Samões em troca da herdade onde está a vila de Santa Cruz e que era propriedade daquela Ordem. Em seguida, o mesmo texto acrescenta que os homens da Santa Cruz quando povoavam a vila deram nela a D. Ponço Afonso uma herdade e casas²², o que poderia datar de entre 1211 e 1217 quando D. Ponço Afonso de Baião tinha a tenência da terra de Bragança²³. Ainda nas mesmas inquirições várias testemunhas referem que os povoadores da nova vila eram provenientes das aldeias reguengas de Cernadela

e Vale de Cortiços, situadas a Norte, actualmente no concelho de Macedo de Cavaleiros, e que um Mordomo do Rei chamado Aparício levou os homens daquelas aldeias para o Castelo da Santa Cruz para que o povoassem ²⁴.

A criação da vila de Santa Cruz mostra a tentativa de aplicar no Alto Douro o esquema utilizado nas fundações novas de Trás-os-Montes, que Sancho I tinha inaugurado com Bragança, em que o termo das vilas correspondia aos extensos territórios das antigas Terras. Durante a década de 1280 porém, D. Dinis promoveu aqui uma importante reorganização tendo-se deslocado à vila da Santa Cruz em finais de Novembro de 1281. No interior do termo desta vila, que parecia pecar por excessivo, promove de seguida a fundação de três novas vilas - Torre de Moncorvo, Vila Flor e Alfândega da Fé - entre as quais reparte aquele território. A dificuldade em concretizar o modelo transmontano numa região em que os territórios das vilas tenderão sempre a ser miniaturizados parece evidente. A vila velha da Santa Cruz despovoar-se-ia depois e em meados do século XV só existiam as ruínas e a memória: na Ribeira da Vallariça em huu oteiro alto que está acerqua della fora pouoraçom em outro tempo. E por que era doentijo se mudaram hijr uiver aa dita uilla da Torre e ficara o cerco deribado e destroido de todo ²⁵.

Torre de Moncorvo era ainda em meados do século XIII uma aldeia do termo da vila de Santa Cruz da Vilarica. A aldeia, mencionada nas inquirições de 1258 com a sua igreja de Santiago, situava-se na encosta onde está hoje o cemitério, tendo a igreja - mais tarde também designada por capela de Santo Cristo - sido demolida no século passado para a ampliação do cemitério ²⁶, mas subsistindo ainda nas imediações a Calçada e a Fonte de Santiago. Muito provavelmente em 1285 D. Dinis concedeu a Torre de Moncorvo uma carta de foral ²⁷, que é a transcrição do foral concedido por Sancho II em 1225 à vila de Santa Cruz, ao mesmo tempo que lhe atribuía o termo daquela vila. No ano seguinte, toda a parte Norte desse termo seria concedida a uma nova vila entre-



Fig. 6 – Santa Cruz da Vilarica - vista a partir dos Estevais da Adeganha

A vila da Santa Cruz da Vilarica, abandonada na passagem do século XIII para o XIV, implantava-se na coroa de uma colina que, não apresentando uma cota muito elevada, destaca-se na paisagem dominando as terras baixas e planas do amplo Vale da Vilarica. Uma cerca de alvenaria de xisto circunvalava a coroa da colina existindo uma única entrada a NO ladeada por duas torres tronco-cónicas maciças. No espaço delimitado pela cerca (com uma área aproximada de 1.2 ha) são visíveis vestígios de casas e arruamentos observando-se no topo da colina as ruínas da igreja com um pequeno adro e neste uma torre arruinada.

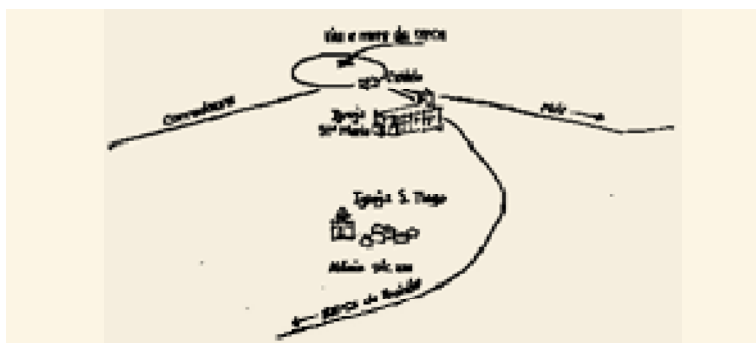


Fig. 7 – Torre de Moncorvo - vista geral

Fig. 8 – Torre de Moncorvo - foto interpretação

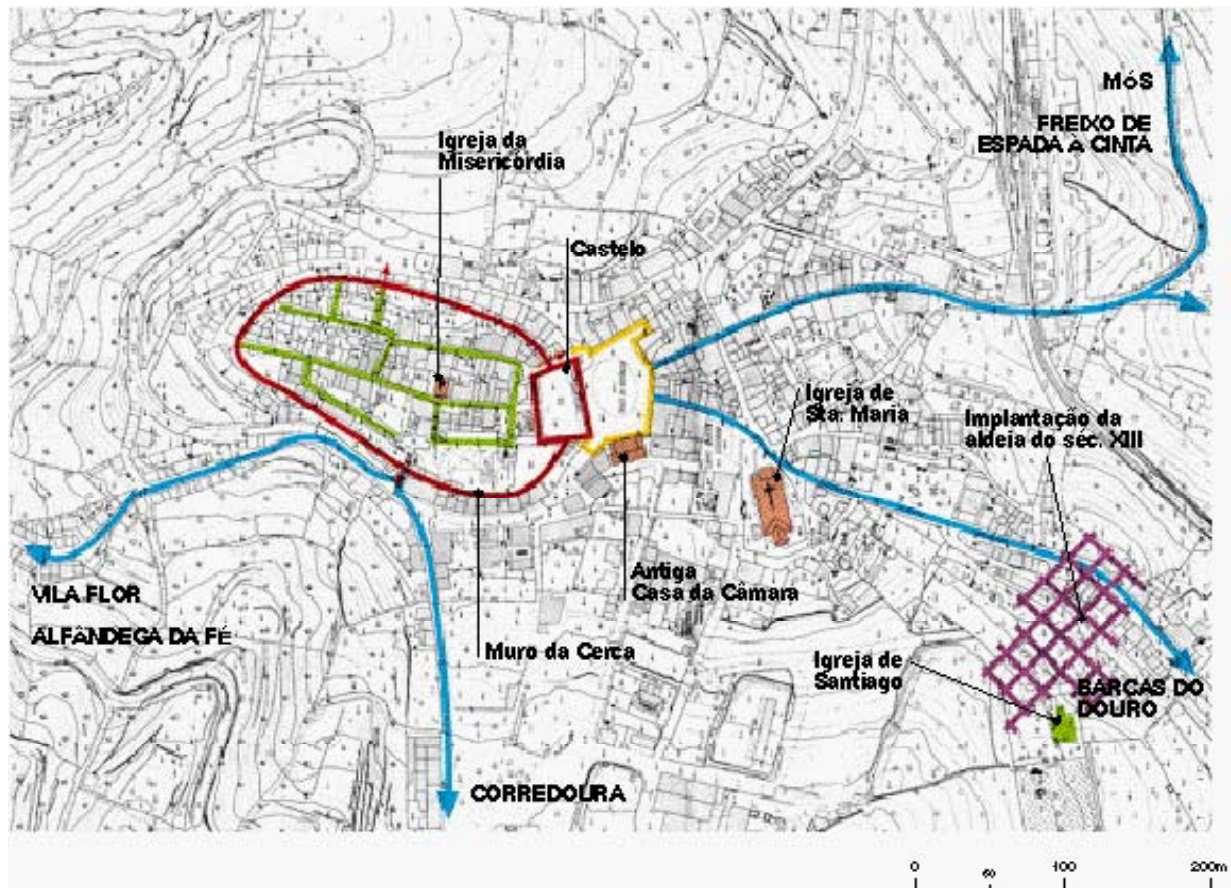


Fig. 9 – Torre de Moncorvo - planta interpretada

Até finais do séc. XIII, Torre de Moncorvo era uma aldeia do termo da vila da Santa Cruz da Vilarça que se implantava em redor da desaparecida igreja de Santiago, a primeira igreja paroquial. A elevação a vila e a reformulação urbana dionisinas ditaram a procura de uma nova implantação onde, no interior de um muro de cerca de contorno alongado, foi estabelecido um traçado regular com três eixos longitudinais e diversas travessas perpendiculares. Junto da porta do lado Sul, uma das três existentes, ergueu-se o castelo da vila, de planta quase rectangular, hoje completamente entulhado e transformado numa plataforma elevada mas que recentes escavações arqueológicas trouxeram de novo à luz do dia. O castelo dominava o largo central (actual Praça da República) formado no exterior da porta Sul, onde esteve o pelourinho e a antiga Casa da Câmara e donde partiam os dois principais caminhos de saída que se transformaram nas duas ruas estruturadoras do arrabalde. Foi numa delas, a que tomava a direcção da barca do Douro, passando no local da antiga aldeia e igreja de Santiago, que se construiu a nova igreja matriz de Santa Maria, terminada no séc. XVII, reflectindo a pujança da vila e sede de comarca.

tanto criada na Vilariça, a póvoa de Vila Flor. Na carta de foral atribuída em 1286 a esta vila nova, transcrição também do foral da Vila de Santa Cruz da Vilariça, diz D. Dinis que dava e concedia aos povoadores da sua póvoa que era chamada de Além Sabor o foro da Santa Cruz da Vilariça e que lhe punha o nome de Vila Flor²⁸. Alguns anos depois, em 1294, D. Dinis concedia outra carta de foro para todo sempre aos pobradores e moradores da mha uila e do meu Castelo de Alfandega de ffe sobre valariça²⁹ fazendo Vila Flor perder para aquela outra nova vila a parte do termo a Este da Rib.^a da Vilariça. A intervenção de D. Dinis nas obras de fortificação destas novas vilas ficou ainda registada numa carta do rei datada de 1295, onde se resolve uma contenda entre os concelhos de Vila Flor e Torre de Moncorvo por razom da fortaleza que mandei fazer em essa vila da Torre de meencorvo, e porque eu mandey que metesedes as terças das eigrejas de vila frol primeyramente, e depois que er metesedes as terças da Torre de meencorvo na fortaleza de vila frol³⁰.

III - Vila nova do rei D. Dinis na foz do rio Côa

Na área adjacente ao curso terminal do rio Côa, dominando uma vasta plataforma agrícola, D. Dinis promoveu no final do séc. XIII a criação da póvoa de Foz Coa tendo-lhe concedido carta de foral em 21 de Maio de 1299³¹. A nova vila surge estreitamente relacionada com uma importante passagem no Douro que, não longe da foz do rio Côa, assegurava a ligação da Beira às áreas mais periféricas de Trás-os-Montes como Miranda. A essa passagem se refere o Rei D. Dinis, em 1306, numa carta ao concelho de Foz Côa, a que chama minha pobia, determinando que a justiça constringesse os moradores de Freixo e Muxagata a fazerem o caminho por dentro da vila quando se dirigissem às barcas do Douro³².

A póvoa parece ter tido alguma dificuldade inicial em afirmar-se. A construção do muro da cerca da vila só se viria a concretizar no séc. XV, no reinado de D. Afonso V³³. Em relação à igreja, não se lhe faz ainda menção no Rol das Igrejas de 1320-21. A paróquia em

que a vila se incluía por essa altura deveria ser a de Santa Maria da Veiga, actual capela de romaria situada mais a Norte, junto das barcas do Douro. Com efeito, uma carta de apresentação do abade desta última igreja, datada de 28 de Março de 1488, refere a sua anexa de Foz Coa³⁴. No entanto, em 1537 o pároco de Vila Nova surge já designado por abade³⁵, relacionando-se talvez esta elevação à dignidade paroquial com a construção do novo e prestigioso templo de fábrica manuelina. Ao pequeno espaço urbano delimitado pelo muro da cerca acrescentou-se também um extenso arrabalde que em 1527 tinha 108 moradores (= fogos) enquanto na vila dos muros a demtro viviam apenas 44³⁶. No final do século XVII eram já 500 os vizinhos (= fogos) nos arrabaldes para apenas 60 dentro dos muros³⁷.

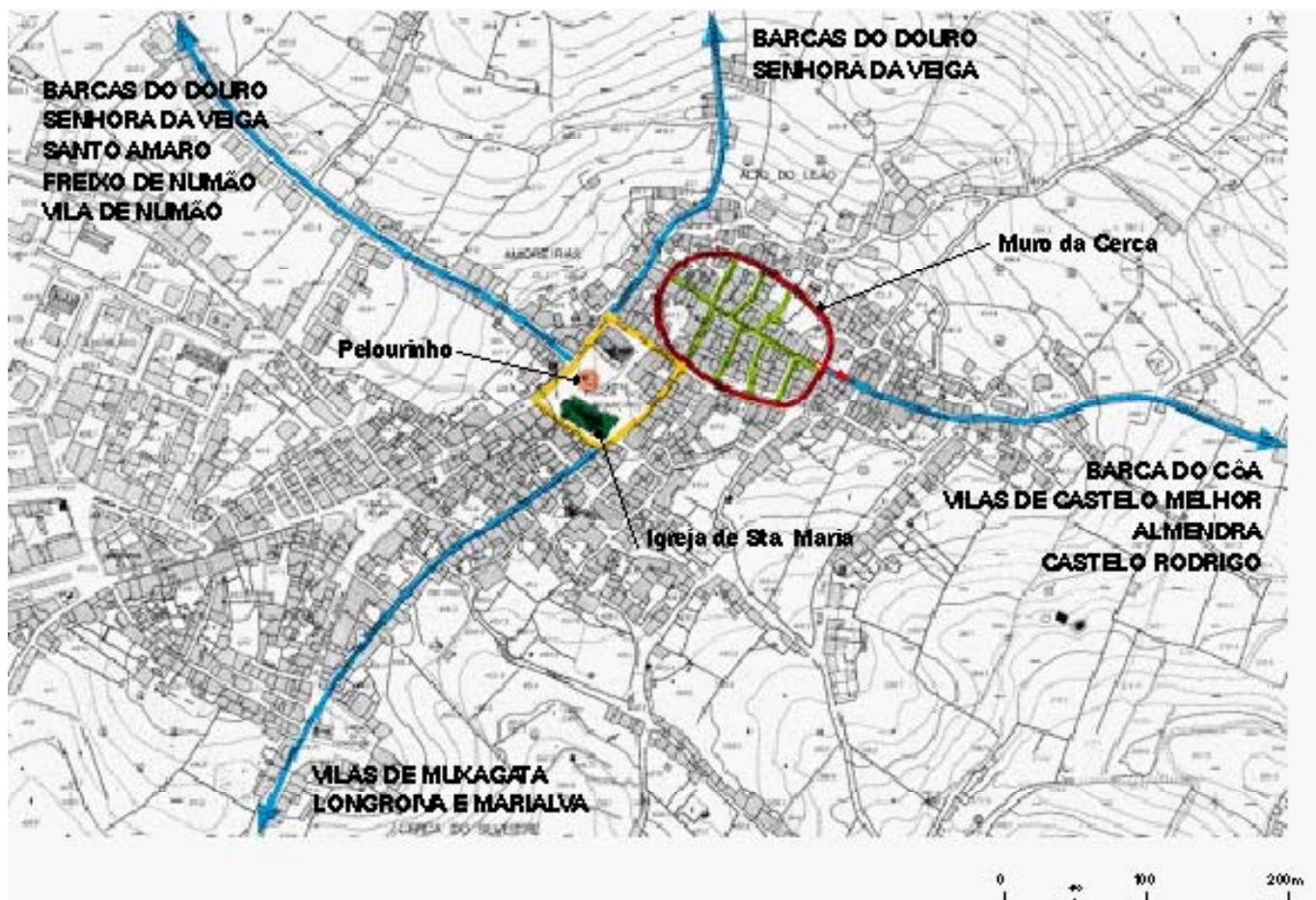


Fig. 10 – Vila Nova de Foz Côa - planta interpretada

A observação do tecido urbano actual permite perceber onde se implantou o muro da cerca de contorno ovalado delimitando no interior um plano muito regular: o eixo central que corre à cota mais elevada e diversas travessas cortando-o ortogonalmente. A Praça do Município — com o pelourinho, a igreja matriz (ambos construídos no séc. XVI) e o edifício oitocentista da Câmara Municipal — corresponde ao antigo largo formado no exterior da porta da cerca de onde partem os caminhos de ligação ao termo e às vilas vizinhas. A expansão urbana transformou depois os troços iniciais destes caminhos em ruas que estruturaram o arrabalde onde em 1527 habitavam já 108 moradores quando dentro dos muros eram recenseados apenas 44.

IV - Vila Velha de Numão, um projecto de investigação arqueológica em curso

Alexandra Lopes
Heloísa Valente
Paula Barreira

Quem visita Numão, depara com um imponente recinto fortificado (Fig.1), dominando uma vasta área. Centro administrativo, militar e político esta vila desempenhou durante o período da Reconquista e da definição de fronteiras um papel de pólo aglutinador e reestruturador desta região.

Estando no Castelo e subindo pelo caminho que dá acesso à vertente Norte, depara-se com o que resta de um pequeno edifício religioso. A Capela de S. Pedro, da qual existem apenas três toscos muros, apresenta uma planta rectangular (Fig. 2), que se estrutura em dois espaços distintos. O corpo principal, do qual se destaca o lajeado interior constituído por pequenas e irregulares lajes de granito que formam um corredor central perfeitamente delimitado a Este por duas sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. O acesso ao segundo espaço, o nártex (Fig.3) , faz-se atra-



Fig. 11 – Numão - vista geral

Fig. 12 – Numão - planta interpretada (alta idade média)

Fig. 13 – Numão - planta interpretada (baixa idade média e idade moderna)

A ordenação alti-medieval (séc. IX - XI) do povoado, já referido num documento de 960, deveria ter um carácter acentuadamente roqueiro. É possível que uma primitiva estrutura defensiva, cerca roqueira ou torre, tivesse existido sobre o penedo granítico mais proeminente, sobranceiro à igreja de S. Pedro e à necrópole anexa de sepulturas escavadas na rocha. Outros núcleos de sepulturas do mesmo tipo registam-se ao longo do caminho que desce deste ponto em direcção à aldeia, junto das ruínas da igreja de Santa Maria e ocultas sob o adro da matriz actual de N.ª S.ª da Assunção.

A vila baixo medieval (sécs. XIII - XV) foi rodeada com uma cerca defensiva que teve de se ajustar ao acidentado do terreno e às construções pré-existentes, reforçada pela barbacã e por várias torres, com acesso por três portas. Junto de duas destas localizavam-se as igrejas: S. Pedro, no exterior da saída que tomava a direcção do Douro; Santa Maria, do lado de dentro, quase cortada pela inflexão do muro da cerca, ao pé da saída virada à aldeia actual. Ao longo do caminho que se iniciava nesta última porta, desenvolveu-se um arrabalde que era habitado em 1527 por 41 moradores (= fogos) enquanto à época, dentro da cerca, só existiam 15. No final do séc. XVII já não havia moradores dentro dos muros, habitando todos os vizinhos (= fogos) que eram em número de 60, no arrabalde. Entretanto, neste, tinha-se constituído um segundo núcleo, mais a Sul, em torno da nova igreja paroquial de N.ª S.ª da Assunção.

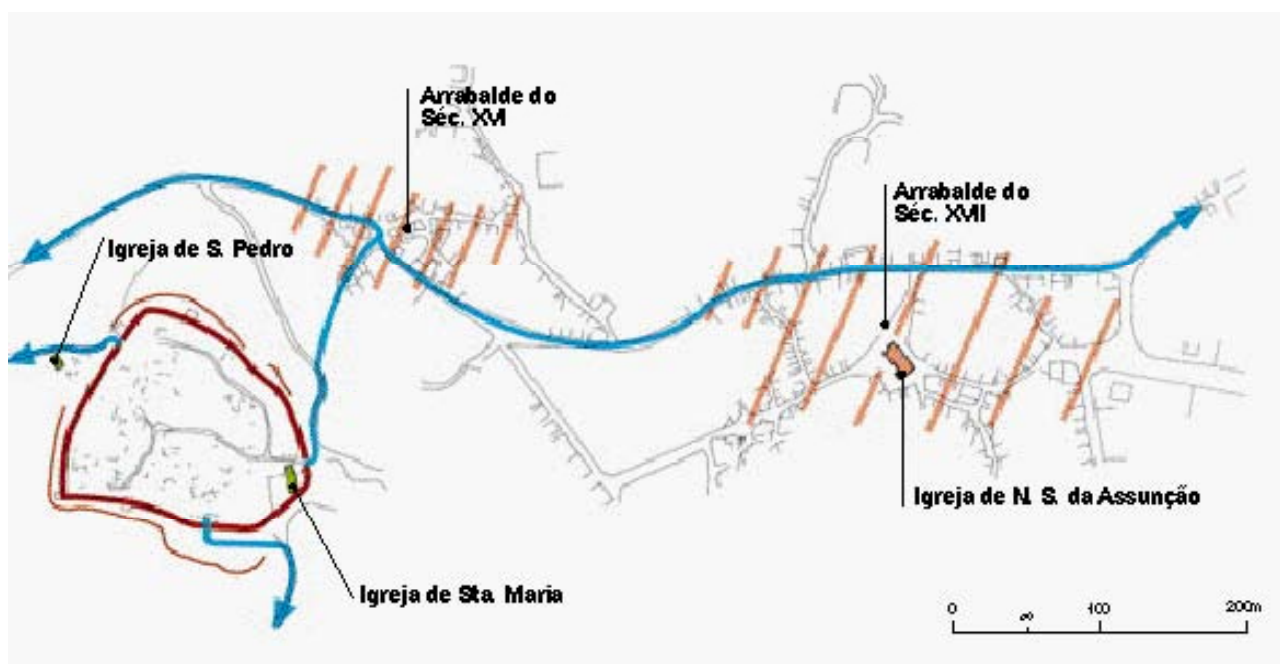
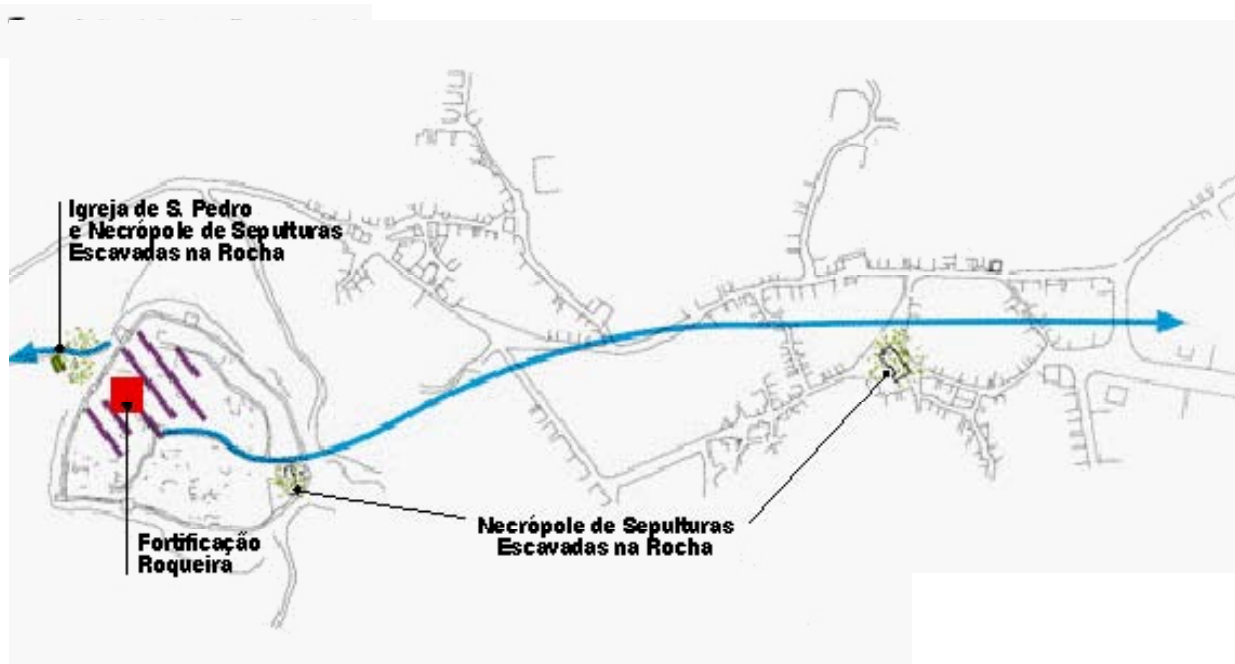




Fig. 1 – Torre no muro da cerca da vila



Fig. 2 – Planta da igreja de S. Pedro após as escavações arqueológicas. (Fot. das autoras)

vés de uma escada de pedra. Este apresenta igualmente um lajeado pétreo que, conjuntamente com o afloramento granítico, parece ter sido a solução encontrada para a regularização do pavimento. No interior do nártex foi também detectado um enterramento simples em terra, não estruturado.

Na Capela de S. Pedro foi identificada uma estrutura circular, que corresponderia ao local onde teria sido fundido o sino da Capela (Fig.4), composta por vários círculos concêntricos de argila de diversos diâmetros e colorações



Fig. 3 – Nártex da igreja de S. Pedro. (Fot. das autoras)



Fig. 4 – Vestígios do forno de fundição do sino da igreja de S. Pedro. (Fot. das autoras)

perfeitamente identificáveis e apoiados numa estrutura constituída por pequenas pedras irregulares. A fundição no interior do espaço religioso seria uma prática bastante comum durante a Idade Média, realizada por artesãos especializados e itinerantes que deixaram importantes marcas do seu ofício, como estas estruturas, normalmente materializadas junto à torre sineira. Podemos situá-las cronologicamente entre os séc. XIV e meados do séc. XVI, altura em que se verifica uma mudança na tecnologia de fundição.

Associada a esta capela existe uma necrópole de sepulturas escavadas na rocha. São cerca de dezassete sepulturas já sem tampas e que se encontram na área envolvente da capela. Neste conjunto foram identificadas duas sepulturas que nunca chegaram a ser concluídas, estando simplesmente desenhadas no afloramento.

A primeira referência documental para este edifício data de 1289 e diz respeito à designação de Egídio Pires para seu reitor. No entanto, a sua edificação deverá remontar a um período anterior, já que estruturadas com o corpo do edifício detectámos duas sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, o que nos leva a recuar a data da construção da capela até aos séculos X-XI.

Deixando para trás a Capela de S. Pedro e continuando pelo caminho que se dirige à porta nascente, visualiza-se o interior do povoado. Num primeiro relance, distinguem-se, de entre um imenso amontoado de pedras, alguns alinhamentos que correspondem a antigas construções habitacionais, prova da existência de uma comunidade estruturada sob a protecção das grandiosas muralhas.

O testamento de D. Flâmula, datado de 960, é o primeiro documento que refere a existência de uma fortificação em Numão, doada juntamente com outros castelos da Beira Interior, ao Mosteiro de Guimarães. Porém, este mosteiro deve ter perdido o controlo destas estruturas aquando da grande investida de Almançor entre 981 e 1002. Estes territórios, cedo serão devolvidos ao domínio das forças cristãs pelas campanhas de Fernando o Magno (1055-1057), como o prova o inventário dos bens do Mosteiro de Guimarães, de 1059, onde se confirmam as doações de 960. Uma vez que o castelo hoje existente é resultado de diversas alterações ocorridas ao longo de mais de três séculos, que tipo de estrutura fortificada constituiria o doado por D. Flâmula? Não era forçoso que estas construções fossem do tipo pátio defendido por muralha, mas podiam tão somente corresponder a uma torre.

Um segundo elemento que nos fornece novas informações sobre as reconstruções sofridas por esta fortificação, é a existência de uma inscrição que data a edificação de uma torre, possivelmente a de menagem, em 1189. Esta poderá também relacionar-se com uma alteração posterior efectuada no castelo e que se refere à intromissão de quatro torres aproveitando as inflexões (“cotovelos”) existentes na muralha.

As duas outras torres apresentam uma solução diferente. A sua colocação não implicou uma reestruturação da própria muralha uma vez que estas lhe foram apenas adossadas, prática bastante frequente no reinado de D. Dinis. A esta hipótese poderá estar associado um documento de 1285, onde é referida a realização de obras no castelo.

Subindo por uma das muitas escadas que dão acesso ao caminho de ronda do castelo, observa-se facilmente todo o interior do mesmo (Fig. 5). Daqui é possível reconhecer várias ruas que atravessam e se cruzam por entre o que resta de numerosas habitações. Uma primeira rua (onde se conserva parte do primitivo lajeado) partiria provavelmente da porta nascente interceptando uma outra, no sentido sul-norte, que passando pela cisterna se dirigia para o centro da vila, na qual é ainda possível identificar uma escadaria em pedra. Desse ponto intermédio parte uma outra rua que se dirige à zona Noroeste do povoado. Deste núcleo foi possível reconhecer parte considerável de uma estrutura habitacional que se evidencia pela extensão e grandeza dos seus alinhamentos. Da escadaria parece ainda partir uma outra rua que poderia vir a unir-se a duas outras situadas nas extremidades nascente e poente da vila. Da porta oeste, deveria também principiar um outro arruamento. No terreno parece haver indícios de que este se dirigia para a zona sul do castelo onde se situa a Igreja de Santa Maria de intra-muros.



Fig. 5 – Vista do interior do recinto

Esta igreja (Fig. 6), cuja construção será ainda de raiz românica mas já com siglas figurativas e alfabéticas no seu aparelho, possui uma só nave, separada da cabeceira por um arco, ligeiramente apontado. O único portal que se conserva é o voltado a sul, muito simples, de arco também quebrado e impostas decoradas com meias-esferas. No topo poente, detectam-se vestígios de uma parede e arco, cuja interpretação se torna difícil dada a localização demasiado próxima do pano de muralha e a densa vegetação que encobre parte da estrutura.



Fig. 6 – Porta lateral da igreja de Santa Maria



Fig. 7 – Restos de uma grande construção junto da igreja de Santa Maria

Na zona contígua à Igreja de Santa Maria, desenvolve-se um espaço cuja organização se mostra de difícil apreensão, devido à ausência de estruturas visíveis que se articulem com os três grandes pilares existentes



Fig. 8 – Sepulturas escavadas junto da igreja de Santa Maria. (Fot. das autoras)

(Fig. 7). Estes possuem o mesmo alinhamento de um lajeado e muros detectados após o levantamento dos derrubes. Na mesma zona, durante a limpeza do caminho sul, foi identificado um dos espaços de enterramento (Fig. 8) da Igreja de Santa Maria, com a descoberta de uma sepultura colectiva escavada no saibro, composta por quatro esqueletos.

Hoje é este o cenário com que se depara ao entrar no Castelo de Numão, mas nem sempre este povoado esteve abandonado. O Numeramento de 1527-1532 (primeiro recenseamento geral da população portuguesa, mandado realizar por D. João III) refere a existência de 15 moradores no interior do vila e 41 nos arrabaldes, ou seja na actual aldeia de Numão, o que perfaz um total de 56 moradores. Assim, da análise do Numeramento podemos concluir que já em meados do séc. XVI, a vila de Numão se encontrava em pleno processo de desertificação e abandono com o maior número de moradores concentrados no arrabalde.

Estas novas habitações (Fig. 9) são construídas junto aos caminhos de acesso ao Castelo e em torno de um largo onde se situa a Igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora da Assunção. Esta terá sido, muito provavelmente, construída nos finais do séc. XVI, aproveitando silhares provenien-



Fig. 9 – Vista do arrabalde

tes do Castelo. É formada por uma só nave, com abóbada revestida de madeira pintada e quatro altares de talha dourada dedicados a Nossa Senhora da Assunção, a Nossa Senhora do Rosário, a S. José e a Santo António. Para além desta igreja, existem ainda duas outras capelas: a de Santa Teresa, privada, datada de 1710, que ostenta na fachada principal uma pedra de armas e no seu interior um altar de talha dourada do séc. XVIII; a de Santa Eufémia, perfeitamente incaracterística, não apresenta qualquer inscrição que documente a construção.

É de referir ainda a existência de variados elementos decorativos provenientes do Castelo integrados na arquitectura das casas da aldeia, nomeadamente a utilização de cachorros, estelas e silhares. Para além destes exemplos, podemos citar ainda testemunhos da ocupação romana do local como são as aras, um baixo relevo com três figuras femininas e um cipo, que se encontra colocado sobre a Fonte de mergulho do Campelinho.

O Projecto de Investigação para a Vila Velha de Numão, iniciado em 1995, insere-se na linha de investigação em História Medieval do GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto) que tem como finalidade o conhecimento da história do vinho e da viticultura duriense desde as origens até à actualidade.

Neste sentido, iniciaram-se no Castelo de Numão escavações arqueológicas, que se centraram no ano de 1996 na Capela de S. Pedro, tendo-se alargado a área de intervenção em 1997 para a zona contígua à Igreja de Santa Maria.

Este projecto tem como objectivo primordial compreender como se processou a formação, desenvolvimento e abandono desta vila medieval e qual a sua articulação com os movimentos semelhantes ocorridos noutras vilas medievais do interior norte do país.

Por outro lado, pretende-se realizar um projecto de valorização para este núcleo histórico, que contempla aspectos tão diversos como a musealização das estruturas intervencionadas, o que permitirá a realização de percursos no interior do Castelo, complementada com a criação de um pequeno museu monográfico, que expresse através dos artefactos expostos o quotidiano e as vivências de uma população

Tem-se como última finalidade recuperar a dignidade desta antiga vila, monumento nacional desde 1910 mas votada ao abandono durante tantos anos.

V - Três Comendas Velhas da Ordem de Cristo: Longroiva, Muxagata e Meda

A vila de Longroiva era cabeça de uma comenda da Ordem de Cristo que compreendia ainda as vilas de Muxagata e da Meda. Foi em 1145 que Fernão Mendes Braganção e sua mulher, D. Sancha Henriques, doaram à Ordem do Templo o Castelo de Longroiva que dizem haver povoado na Extremadura entre os Castelos de Numão e Marialva ⁴⁰. Esta comunidade, que surge já referenciada em 960 no testamento de D. Flâmula Rodrigues, viu-se assim incluída no senhorio da Ordem do Templo, que fez aí construir um castelo românico. Com efeito, na fachada poente da torre de menagem existe uma inscrição que data a sua construção de 1176, sendo Mestre da Ordem Gualdim Pais ⁴¹.

O território alti-medieval desta comunidade, centrado sobre o curso da Rib.^a dos Piscos ou das Centieiras, incluía as terras baixas - da Veiga e de Muxagata - e as terras altas dos planaltos - nas Chãs e na Meda - formando uma unidade de exploração económica que a Ordem do Templo procurou explorar. Eram sobretudo os gados que, aproveitando aquelas terras baixas para os pastos de Inverno e as terras altas para as pastagens de Verão, constituíam a grande riqueza da região ainda há menos de um século ⁴². Os canados, topónimo aqui muito comum referindo-se a uma encosta estreita entre dois montes, eram os caminhos que os gados seguiam entre as duas zonas de pasto vigiados de pontos altos e destacados, as esculcas. A implantação do castelo e da vila de Longroiva dominou o passo entre as terras altas e a terras da veiga parecendo ter sido no interior do primitivo termo daquele castelo que se fizeram depois povoar as vilas de Meda e da Muxagata. A primeira, situada no planalto das terras frias, desenvolveu-se junto de um morro rochoso - o Castelo - que tinha as condições

Fig. 14 – Longroiva - vista geral

Fig. 15 – Longroiva - foto interpretação

O castelo e a vila de Longroiva centram-se sobre o curso da Rib.^a dos Piscos, afluente do Cõa, dominando o passo entre as terras altas dos planaltos e as terras da veiga, tendo sido no interior do primitivo termo daquele castelo que se fizeram depois povoar as vilas de Meda e da Muxagata. A Ordem do Templo, na posse deste território desde os meados do séc. XII, e posteriormente a Ordem de Cristo, procuraram valorizar a grande riqueza em gados que alternavam entre os pastos de Inverno nas terras baixas e os pastos de Verão nos planaltos.

A organização urbana das três antigas vilas reflecte diferentes origens, tendo a Meda e Muxagata características próximas entre si que as diferenciam de Longroiva. Esta última vila implanta-se na crista de um monte alongado dominando o fecho de uma reentrância da Veiga. No ponto mais elevado localiza-se a torre de menagem do castelo em volta da qual existiam os desaparecidos paços do comendador da Ordem, pormenorizadamente descritos num tomo dos inícios do séc. XVI ³⁸. Alguns vestígios do também desaparecido muro da cerca do castelo permitem pensar que este rodeava uma área bastante superior à actualmente delimitada pelo muro oitocentista do cemitério. Ainda em finais do século XVIII, o Pe. Joaquim de Azevedo ³⁹ descreve o castelo afirmando que apesar de muito danificado bem mostra sua grande capacidade para nele assisitar muita gente, acrescentando ainda que há quem se lembre de morarem aí algumas pessoas. A igreja de Santa Maria, a única referida na vila pelo Rol das Igrejas de 1320-21, localiza-se no alto, no extremo SO do monte e tem junto a si a pequena capela da Senhora do Torrão, que já existia em meados do século XII, rodeada por sepulturas antropomórficas escavadas na rocha. O casario acomoda-se à encosta Poente do monte ao longo de ruelas que se encaminham para baixo, para o largo da Praça, já no sopé, onde se localizava a antiga Câmara e o pelourinho. Deste largo saíam os principais caminhos de ligação exterior: pela pequena capela de S. Pedro para Norte, rodeando o monte, em direcção à Veiga e Muxagata; para Poente em direcção à Meda. O troço inicial deste último eixo parece estruturar um novo arrabalde que se estende com traçado muito regular – ainda que ligeiramente alterado pela construção da EN 331 – até ao largo de Cimo de Vila.





Fig. 16 – Meda - vista geral

Rodeando o morro granítico do Castelo parece ter existido uma cerca defensiva que deixava no exterior do seu principal acesso o Largo da Praça. Neste, localizam-se a igreja de S. Bento, o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. É também deste largo que sai a principal rua estruturadora do arrabalde que se expandiu para Nascente: um troço da Rua Direita que continua depois pela Rua de S. Domingos e toma a direcção do caminho antigo para Longroiva.



Fig. 17 – Muxagata - vista geral

As casas aglomeram-se ainda hoje no alto do Castelo em cujo sopé, do lado SE, surgem dois pequenos largos. Num destes conserva-se o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. No outro localiza-se a igreja paroquial de Santa Maria Madalena.

ideais para servir de vigia dos pastos de altitude. As Memórias Paroquiais de S. Bernardo da Meda ⁴³, datadas de 1758, referem aquela situação escrevendo o pároco que do alto do monte do Castelo se descobrem muntas terras porque p.^a o Norte e tras dos Montes se descobrem dés, ou doze Legoas, p.^a o Nascente e Castella mais de quinze Legoas e p.^a o Poente duas Legoas. Muxagata, situando-se na zona dos pastos de Inverno, de baixa altitude, foi povoada ainda em tempo da Ordem do Templo que lhe concedeu carta de foral o qual lhe fora dado de pobração, que era en el conthudo que ouvessem tal foro como o de Longroha ⁴⁴. Ainda nos finais do séc. XVII, o Pe. Carvalho da Costa na Corographia Portugueza fazia memória da antiga unidade formada pelas três vilas afirmando todas terem sido termo de Longroiva ⁴⁵.

VI - Da «cidade» romana dos Aravi à vila medieval e moderna de Marialva

Marialva é hoje uma aldeia e freguesia do concelho de Meda cujos restos monumentais guardam a memória de um passado bem mais importante do que se deixa entrever ao actual visitante. O principal núcleo de população está actualmente numa área de sopé de encosta, a que chamam a Aldeia da Deveza, onde surgem abundantes vestígios de época romana entre colunas e capitéis, inscrições, cerâmica e moedas. Foi precisamente uma inscrição latina dedicada ao imperador Adriano pela civitas Aravorum, descoberta no séc. XVII e actualmente no Museu da Guarda, que permitiu aqui localizar a capital dos Aravi ⁴⁶ um dos povos da provincia da Lusitânia referidos na inscrição da ponte de Alcântara. Algumas das construções monumentais deste antigo centro territorial eram ainda visíveis em meados do séc. XVIII como se percebe pela descrição do pároco da igreja de S. Tiago:



Fig. 18 – Marialva - vista geral de Sul
Fig. 19 – Marialva - foto interpretação

tem também no arrabalde donde se faz a feira todos os mezes em cujo sitio há tradição estivera a antiga Cidade Aravos, hua Torre que conserva o nome - da Moura, a qual se acha já arruinada e parte do seu terraplano metido para algumas propriedades, ou campos particulares e pelos seus fundamentos e architectura se deyxá ver era palacio de pessoa grande ⁴⁷.

Desconhece-se a história alto medieval deste lugar, sendo a carta de foral concedida por D. Afonso Henriques, entre 1157 e 1169 ⁴⁸, um dos primeiros documentos que faz referência à vila de Marialva. A implantação, a meia encosta entre penedos graníticos, sobranceira ao sítio da antiga cidade dos Aravi, estabelece uma nítida descontinuidade com esta ao mesmo tempo que parece mostrar continuidades com um povoado roqueiro anterior que se adaptou aos modos de ser e de fazer de uma vila urbana baixo medieval. A transformação do castelo roqueiro num castelo românico ou gótico, a construção de um muro de cerca urbana com torres adossadas, a criação de três igrejas paroquiais e, já para o final da Idade Média, a formação de um arrabalde no exterior da cerca. O desenvolvimento posterior desta vila mostra ainda um padrão de despovoamento, com o crescimento de um aldeamento à cota baixa e aberto para onde se transfere a feira da vila.

A feira de Marialva, que teve carta de D. Dinis datada de 1286 ⁴⁹, realizava-se a meio do mês durante três dias tendo sido um importante centro de comércio medieval para esta zona da Beira. Porém já no reinado de D. Duarte, em 1437, o concelho da vila pedia a intervenção do rei porque há alguns anos que a feira tinha deixado de realizar-se e a vila despovoava-se ⁵⁰. Nos meados do século XVIII, a feira mensal existia de novo realizando-se agora no sítio da Deveza, no sopé do monte, onde se ia desenvolvendo uma aldeia ao mesmo tempo que a vila continuava a despovoar-se ⁵¹. Com efeito, já no Numeramento

Fig. 20 – Marialva - vista geral de Oeste

Fig. 21 – Marialva - foto interpretação

A meia encosta sobranceira à Veiga, implanta-se um penedo granítico mais destacado que serviu para o assentamento do pequeno castelo com cerca e torre de menagem. No sopé deste penedo, para o lado Sul, localiza-se a igreja de Santiago, uma das três referenciadas no Catálogo de 1320-21. Junto do castelo, a Nascente, estruturou-se um largo onde se situam as ruínas da Casa da Câmara e Cadeia, com o pelourinho e o poço da cisterna defronte. O muro de cerca, apresentando contorno irregular e obrigado a vencer acentuados desníveis para se adaptar à implantação da vila, delimitava todo este espaço que parece organizar-se segundo três ruas provenientes das três portas da cerca e que confluíam para aquele largo central. No exterior da cerca, para a parte Norte, localizavam-se as outras duas igrejas, ambas implantadas sobre necrópoles de sepulturas escavadas na rocha. A desaparecida de S. João, cuja torre sineira de fábrica românica foi integrada no muro da cerca e a de S. Pedro. Entre as duas igrejas desenvolveu-se entretanto um arrabalde no qual muitas casas exibem cantarias do século XVI. Para o outro lado, no sopé do monte, onde se situava o terreno devezo do concelho e onde tinha sido o sítio antigo da cidade romana dos Aravi, transferiu-se em época moderna a feira mensal o que atraiu a população e fez desenvolver-se uma aldeia em paralelo ao despovoamento da vila na encosta.



de 1527-32⁵², a vila tinha mais moradores no arrabalde (73 famílias) do que intra-muros (68 famílias), existindo entre as aldeias e lugares do termo maiores concentrações de população do que a da vila, mesmo incluindo o arrabalde. Em meados do séc. XVIII a população da vila era ainda menor, vivendo apenas 40 famílias na paróquia de S. Tiago, que incluía todos os moradores intra-muros e os da pequena aldeia da Deveza extra-muros. Na paróquia de S. Pedro habitavam 70 outras famílias, todas extra-muros, já não existindo na altura a terceira paróquia medieval do orago de S. João.

VII - Da penela alto medieval de «Moraria» à vila fortificada de Moreira de Rei

Se Numão e Marialva ilustram a continuidade com uma implantação roqueira alti-medieval que se adapta com dificuldade às transformações decorrentes do novo estatuto de vila urbana, os casos de Torre de Moncorvo ou Cedovim mostram implantações de tipo novo, mais adequadas à nova morfologia das povoações, numa colina regular e destacada ou numa plataforma elevada, ocasionando, muitas vezes, o desenvolvimento de um urbanismo planificado de tipo ortogonal. Algumas vilas urbanas, porém, parecem mostrar a procura de um compromisso entre o velho e o novo. É o caso das vilas de Trancoso e de Moreira de Rei.

Parece estranho ao visitante a distância que separa o morro granítico do castelo da plataforma alongada onde se concentra o principal núcleo de casas com as suas igrejas e restos do muro da cerca urbana. O castelo é constituído por dois recintos, sem torres, erguidos por entre penedos graníticos, mostrando ainda dentro do recinto superior a primeira fiada de silhares da Torre de Menagem. Junto do castelo são visíveis abundantes restos cerâmi-

Fig. 22 – Moreira de Rei - vista geral

Fig. 23 – Moreira de Rei - foto interpretação

Moreira de Rei possui um castelo românico (séc. XII) localizado num morro granítico que conserva vestígios da Torre de Menagem e de dois recintos sem torres adossadas. Seria aqui o núcleo alti-medieval da povoação com uma típica implantação roqueira. A vila baixo medieval, porém, parece desenvolver-se ao longo da crista de um monte, imediatamente a Norte do morro do castelo. Parte da povoação foi rodeada por um muro de cerca urbana, de que restam alguns troços do lado Norte. Numa zona onde a muralha é atravessada por uma rua persiste ainda, nalguns moradores, a memória de um arco indicando a localização de uma das portas. É possível ensaiar a localização de mais duas portas, observando as direcções de saída de dois outros caminhos de ligação regional, para Nordeste (Marialva) e para Sul (Trancoso). O Catálogo das Igrejas de 1320-21⁵³ menciona três igrejas: Santa Maria e Santa Marinha (ambas intra-muros), S. Vicente (extra-muros). As duas primeiras ainda existem, conservando as características da sua fábrica românica, sendo junto da de Santa Maria que se localiza o largo central da vila com o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. A de S. Vicente foi demolida, existindo apenas um cruzeiro que lhe indica a localização, junto da actual estrada para a Meda.

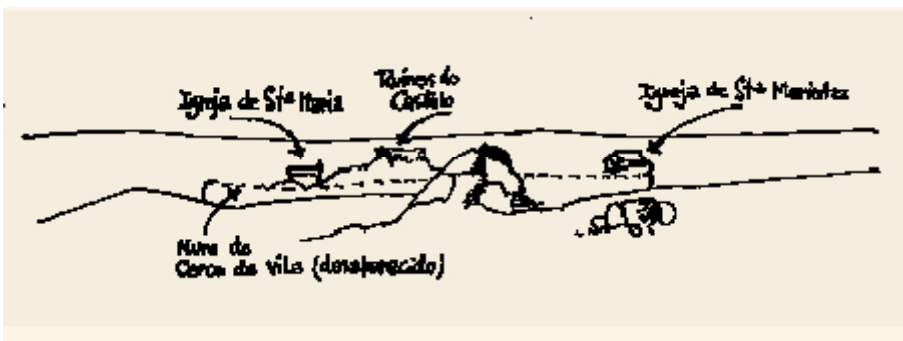




Fig. 24 – Moreira de Rei - vista com castelo

cos à superfície denunciando intensa ocupação humana. As fortificações, tal como se mostram hoje, correspondem a um castelo românico construído no séc. XII mas deveria ser já nesta implantação roqueira que se situava o castelo ou penela de «Moraria» referido em 960 no testamento de D. Flâmula Rodrigues⁵⁴. A continuidade e desenvolvimento posterior desta comunidade alti-medieval, que receberia carta de foral de D. Afonso Henriques entre 1157 e 1169⁵⁵, implicou transformações e adaptações da organização urbana. Tendo mantido o castelo no morro roqueiro, junto do primitivo núcleo da povoação, ainda que transformado de acordo com uma nova estrutura românica, o povoado deslocou-se para uma zona alongada e mais ampla situada a Norte. A documentação do século XIV refere a existência de três igrejas, uma delas no interior da cerca que entretanto rodeou a vila e de que restam alguns vestígios. Pelo menos duas daquelas igrejas (Sta. Maria e S. Vicente) assentaram sobre anteriores necrópoles de sepulturas escavadas na rocha que, contemporâneas do núcleo primitivo, deveriam ter-se situado na sua periferia relacionadas com caminhos de saída da povoação.

VIII - A vila de Trancoso onde D. Dinis festejou as bodas do casamento com D. Isabel de Aragão

No morro granítico do castelo de Trancoso, observam-se vestígios do assentamento roqueiro alti-medieval da comunidade referida no testamento da Condessa D. Flâmula⁶¹. A torre de menagem, localizada sobre o ponto mais elevado do morro, aproveita uma estrutura defensiva anterior, de construção moçárabe⁶², e no exterior da porta do castelo, um cruzeiro guarda a memória da desaparecida igreja de S. Miguel que a tradição, registada no século XVIII, indicava como a mais antiga das

igrejas de Trancoso⁶³. Três necrópoles de sepulturas escavadas na rocha, contemporâneas daquela implantação alti-medieval, situam-se no sopé do morro granítico⁶⁴ parecendo implantar-se em função dos caminhos que desciam a encosta, os quais, mais tarde, teriam organizado a expansão do povoado.

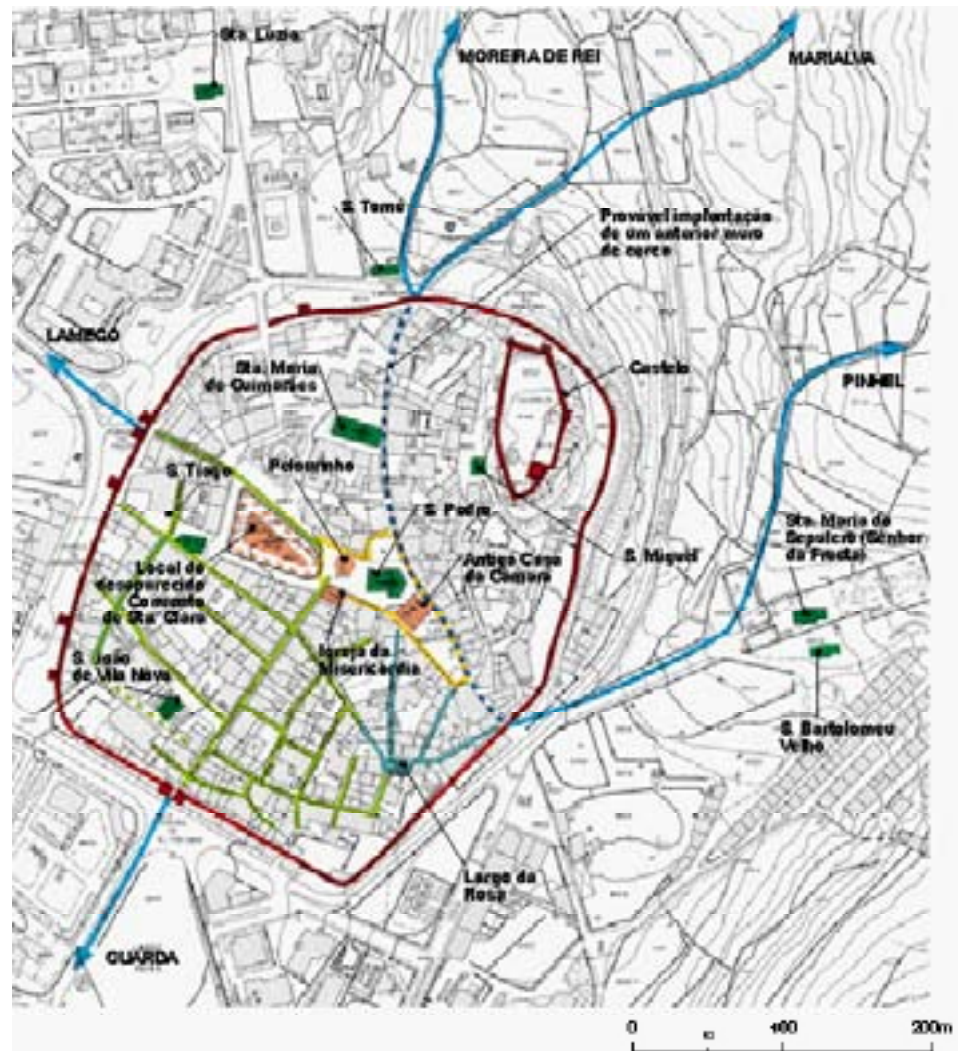
A integração desta comunidade no espaço da monarquia portuguesa deve-se a D. Afonso Henriques que lhe concedeu carta de foral entre 1157 e 1169⁶⁵. Aqui se deslocaram D. Sancho I e D. Afonso II, tendo D. Afonso III concedido carta de feira em 1273. Mas foi com D. Dinis e depois D. Pedro e D. Fernando que Trancoso assumiu um importante papel de centro regional das iniciativas régias reorganizadoras do território. D. Dinis deslocou-se a esta vila por nove vezes entre 1281 e 1320, com estadias prolongadas ou de passagem para outras vilas da região. A vila terá conhecido então forte intervenção régia quer na construção das suas fortificações góticas quer, provavelmente, na promoção de uma expansão urbana planificada, visível no ângulo SO da área intra-muros. As obras nas fortificações prolongaram-se ao longo dos séculos XIV e XV pedindo os moradores ao rei em 1370 que obrigasse várias localidades vizinhas a trabalhar na construção das torres, barbacã e cava (fosso) face aos muros da vila bem como de diversas estruturas em madeira para defesa das muralhas⁶⁶. Pela mesma altura deveriam também estar em construção as duas portas monumentais do Prado e de El' Rei, marcando as duas principais ligações regionais: a Lamego e à Guarda.

A vila que se estrutura em Trancoso na Baixa Idade Média veio assim a tornar-se uma das maiores da região, delimitando um extenso termo. A feira anual que se realizava pelo menos desde 1273, assumiu ainda grande influência económica em toda a região da Beira nos séculos XIV e XV⁶⁷ para o que terá também contribuído a existência de uma importante Comuna Judaica⁶⁸.



Fig. 25 – Trancoso - vista geral

A vila de Trancoso torna-se, com D. Dinis, num importante centro da reorganização régia dos territórios na região. Este rei esteve em Trancoso nove vezes entre 1281 e 1320, algumas das quais com estadias prolongadas, tendo mesmo em 1282 aqui recebido D. Isabel de Aragão, com quem havia já casado por procuração estando a futura rainha ainda em Barcelona, e festejado suas vodas com muy grandes festas [...] pera ho que no campo de Tranquozo se fizeram grandes, e custozas cazas⁵⁶.



IX - Castelo Melhor e Almendra: duas vilas do reino de Leão que passaram a ser uma só no Reino de Portugal

O Numeramento de 1527-32 associa no título do Termo da Villa Dallmemdra⁷⁹ as duas povoações de Almendra e Castelo Melhor, não as diferenciando como vila e lugar do termo. Almendra é mencionada como o assento da vila enquanto Castelo Melhor surge como o local onde está a fortaleza amtyga e aly ffoy primeiro a villa. O contraste entre o número de moradores ou famílias que habitavam em cada um - 230 em Almendra para apenas 32 em Castelo Melhor - parecia denunciar um modelo comum a outras vilas vizinhas, em que a vila fortificada baixo medieval, já decadente e despovoada no séc. XVI, perde importância para uma aldeia do termo, de implantação aberta e com melhores ligações regionais, a qual acaba por se transformar na nova cabeça do Concelho. Almendra porém, não era apenas uma aldeia que mostrava um percurso de crescimento, mas uma povoação cuja vontade de autonomização era antiga e que, quando o rei de Leão e Castela perdeu o Riba Cova para Portugal, soube aproveitar estar no limite entre as vilas de Castelo Melhor e de Castelo Rodrigo.

Castelo Melhor implantava-se sobre um cabeço destacado na paisagem, no topo do qual uma pequena cerca de contorno quase circular, construída em alvenaria, sempre à mesma cota, rodeava a povoação. A Norte, destaca-se uma grande torre tronco-cónica adossada à muralha pelo lado de fora. A sua fundação resultou da reorganização deste território pelo rei de Leão Afonso IX nas primeiras décadas do séc. XIII. Foi depois incluída nas vilas do Riba Cova na posse do rei de Portugal em resultado do Tratado de Alcañices, tendo os seus foros, usos e costumes confirmados por D. Dinis em 1298⁷¹. Este rei ter-lhe-ia também melhorado as fortificações segundo conta

Fig. 26 – Trancoso - planta interpretada

Trancoso implanta-se numa ampla plataforma junto de um morro granítico onde se situa o castelo gótico que integra como torre de menagem uma construção anterior moçárabe (séc. X). No exterior da porta do castelo formou-se um largo onde actualmente um cruzeiro assinala o local da desaparecida igreja de S. Miguel. Seria aqui o núcleo original do povoado roqueiro alti-medieval. Daquele largo saíam várias ruas encosta abaixo por onde se realizou a primeira expansão urbana. É possível que o traçado da Rua Dr. João Abel (R. dos Cavaleiros), que rodeia o sopé do morro, possa corresponder à implantação de um anterior muro de cerca, entretanto desaparecido⁵⁷. No exterior deste limite formaram-se dois largos, que a ter existido aquela antiga cerca, indicariam a localização das portas. No largo mais a norte foi construída a igreja de Santa Maria e no outro, mais amplo, veio situar-se a igreja de S. Pedro. Este último estava destinado a transformar-se no largo central da vila, sendo no adro da igreja que se realizavam as reuniões⁵⁸ municipais antes da construção da Casa da Câmara, no local onde está actualmente o quartel da GNR. A marcar esta centralidade está também o pelourinho, a antiga igreja da Misericórdia e o local do desaparecido convento de Santa Clara (construído no séc. XVI onde antes estavam os paços de Gonçalves Vasques Coutinho e demolido no séc. XIX para dar lugar ao Largo Francisco Ferreira). É ainda deste largo central que saíam os dois principais eixos da vila em direcção às monumentais Portas do Prado (caminho de Sernancelhe e Lamego) e Portas de El-Rei (caminho da Guarda) do muro da cerca construída nos sécs. XIV e XV. Na área urbana que se estende a Sul e a SO conseguem-se distinguir duas zonas de distinto traçado. Do lado Nascente, uma série de ruas estreitas, que parecem dar continuidade às que descem a encosta do morro do castelo, confluem para o Largo da Rosa. Esta parece ser uma zona mais antiga, onde não se regista a localização de igrejas, podendo corresponder em parte à antiga Judiaria⁵⁹, conhecida como uma das mais importantes da Beira. Para Poente, desenvolve-se uma malha urbana mais regular e de tendência ortogonal orientada pelo eixo principal da Rua Direita. Aqui localizavam-se mais duas igrejas, ambas desaparecidas, a de S. Tiago e a de S. João de Vila Nova. A designação pela qual esta última era conhecida, chama a atenção para um processo de expansão urbana planificado que a regularidade do traçado das ruas também deixa perceber. O traçado do muro da cerca construído e reforçado ao longo dos séculos XIV e XV ligou a zona alta do castelo com este espaço de urbanização mais recente. Era uma ampla cerca com quinze torres adossadas, regularmente espaçadas, 4 portas principais e 3 postigos, mostrando ainda um muro de barbacã de que se conservam vestígios do lado Este. A existência em 1320-21 de quatro igrejas no exterior do muro da cerca (Sta. Luzia, S. Tomé, Sta. Maria do Sepulcro e S. Bartolomeu) não parece aqui indicar o desenvolvimento de um arrabalde, pois terá sido apenas no final do século passado que surgiram as primeiras casas fora da cerca⁶⁰.



Fig. 27 – Castelo Melhor - vista geral

Uma pequena cerca redonda, implantada num cabeço que se destaca na paisagem, protegia a vila de Castelo Melhor. A igreja de S. Salvador, localizada no sopé do cabeço fortificado que se despovoou, deu origem à formação do arrabalde da vila cuja expansão procurou o caminho que saía em direcção à barca de Vila Nova de Foz Côa.

o cronista Rui de Pina⁷². É possível que a porta da cerca, de arco apontado, seja já resultado desses melhoramentos. A evolução posterior desta vila parece ter levado a um progressivo abandono do povoado intra-muros com a formação de um arrabalde no sopé do cabeço fortificado. Este arrabalde ter-se-ia desenvolvido a partir do local onde se implantou a igreja de S. Salvador, a única paróquia referida para Castelo Melhor no Catálogo das Igrejas de 1320-21⁷³. Esta referência do primeiro quartel do século XIV, identificava Castelo Melhor como estando incluída no termo da vila de Castelo Rodrigo denunciando na perda de estatuto uma evidente decadência.

Almendra mostra uma implantação aberta, situando-se no limite do planalto que se estende a Norte de Castelo Rodrigo, antes das descidas abruptas para o rio Douro. A primeira referência encontra-se num documento citado por Fr. Francisco Brandão na *Monarchia Lusytana* com data de 1270⁷⁴, em que Afonso X de Leão e Castela doa aquela povoação, a que chama vila, a D. Gil Martins, pai do Conde D. Martim Gil, que foi alferes-mor de D. Dinis⁷⁵. No entanto, Almendra não surge na lista das vilas do Riba Côa nos documentos relacionados com o tratado de Alcañices. Por outro lado, logo em 1298, o concelho de Castelo Rodrigo contestava junto de D. Dinis a autonomia de Almendra reivindicada pelo alferes-mor D. Martim Gil, tendo-se o rei pronunciado a favor deste⁷⁶. Porém, em 1312, de novo o concelho de Castelo Rodrigo leva o conflito ao rei que desta vez lhe dá razão e determina a integração de Almendra como aldeia do seu termo⁷⁷. Esta parece ser a situação existente em 1320-21 pois no Catálogo das Igrejas desses anos, a Igreja de Santa Maria de Almendra surge integrada do termo de Castelo Rodrigo⁷⁸. Já no reinado de D. Fernando, em 1367, Almendra vê os seus foros e privilégios confirmados, como se de vila se tratasse de novo para, logo em 1370, ser integrada outra vez no termo de Castelo

Rodrigo⁷⁹. A crise de 1383-85 e o apoio de Almendra à causa de D. João I foi decisivo na aquisição definitiva da autonomia. Por carta de 1390, D. João I tendo em atenção que os do dicto lugar d'Almendra nos servirom muy bem em esta guerra e afanaram e padecerom mujto por nosso serujço manda que en diante pera todo sempre jamais nunca o possa perder, aia jurdiçam apartada sobressy e husse della juntamente e nom seis nem possa seer sujeito nem dado por termo ao dicto lugar de Castelrodrigo⁸⁰. Em 1449, D. Afonso V confirma-lhe essa autonomia surgindo a partir de agora associada a Castelo Melhor sob a designação de concelho de Almendra e Castelo Melhor⁸¹, situação retomada no foral novo de D. Manuel datado de 1510.

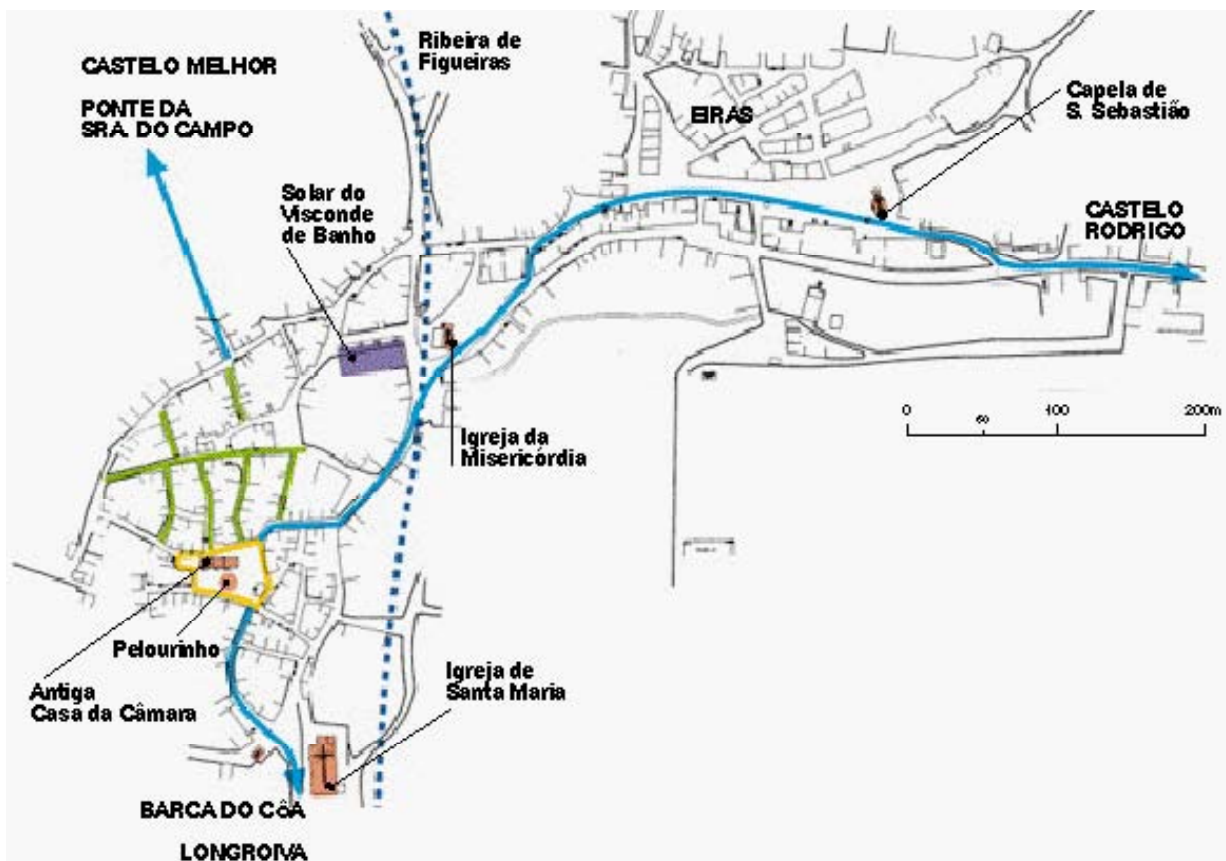
O número elevado de habitantes de Almendra, contabilizados em 230 moradores ou famílias segundo o Numeramento de 1527-32, mostra bem o ascendente desta povoação no final da Idade Média. A reforçar esta ideia, uma carta do regente D. Pedro, datada de 1441, menciona a existência na vila de uma casa mui solene de Santa Maria autorizando a celebração de uma feira no mês de Setembro, na altura da sua festa anual⁸². Porém a implantação aberta e a inexistência de castelo ou cerca, as verdadeiras marcas do estatuto de vila na linguagem urbana medieval, tornava vantajosa a associação com a decadente vila de Castelo Melhor onde está a fortaleza amtyga.

X - A vila leonesa de Castelo Rodrigo, a vila portuguesa de Pinhel e o passo do Côa na Ponte Velha

A Estrada de França que entra em Portugal a partir de Salamanca passando, nos nossos dias, a fronteira em Vilar Formoso pela IP5, seguia em tempos medievais e



Fig. 28 – Almendra - Largo da Praça



Almendra mostra uma implantação aberta, junto de uma linha de água, a Ribeira de Figueiras. Observando a planta, individualiza-se o núcleo original da povoação onde não é difícil perceber uma certa regularidade no traçado, alterado a Sul pela grande cerca do solar barroco do Visconde do Banho. Junto localiza-se o largo central com o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. Deste largo saía um caminho em direcção a uma barca no Côa que ligava a Longroiva, junto do qual se estruturou o largo da igreja Matriz de Santa Maria (Nossa Senhora dos Anjos). Para o lado oposto, outro caminho toma a direcção de Castelo Rodrigo tendo sido ao longo deste eixo que se processou a principal expansão urbana da antiga vila. Na passagem da linha de água, actualmente encanada, o caminho inflecte dando origem a outro largo, da igreja da Misericórdia. Mais a Sul, de novo o caminho se alarga num grande rectângulo - a Rua do Calvário - que mostra no topo a Capela de S. Sebastião. Junto deste largo desenvolveu-se um outro núcleo de casario a que chamam as Eiras. As descrições de meados do séc. XVIII⁶⁹, dizem que não era vila murada mas mencionam a existência de uma fortaleza ou forte, construído em 1650, de que se conserva actualmente a memória e que envolveria a praça, pelourinho, casa da Camera, cadeia, e torre do relógio.

talvez mesmo romanos um itinerário mais Setentrional⁸⁴. Cruzando a Ribeira de Tourões, que actualmente faz fronteira, na zona de Escarigo (Figueira de Castelo Rodrigo), seguia à Vermiosa para atravessar a Ribeira de Aguiar na ponte que se observa hoje com três arcos redondos. Continuava depois em direcção a Reigada onde uma derivação para Norte, por Vilar Torpim, ligava a Castelo Rodrigo. De Reigada passava a Cinco Vilas ultrapassando o Côa na Ponte Velha de que resta apenas o arranque do lado direito. Depois de passar o Côa, subia para procurar nas alturas de Pinhel um nó de ligações regionais. A partir desta vila era possível seguir para a vila de Celorico e tomar a principal ligação a Coimbra - a Estrada da Beira - a fim de atingir todo o litoral Centro e Sul. Este deveria ser o itinerário conhecido em tempos medievais por Calçada Colimbriana⁸⁵ dada a ligação fundamental que estabelecia entre Salamanca e a cidade de Coimbra através do vale do Mondego. Por outro lado, seguindo por Trancoso, tomava-se a estrada de Lamego e daqui ficava à mão o acesso ao litoral Norte.

A pré-existência deste importante eixo de penetração de viajantes e de comerciantes mas também de conquistadores e repovoadores determinou a direcção das primeiras iniciativas reorganizadoras do rei de Leão no Riba Côa. Na década de 1170, D. Fernando II apoia e protege a instalação do Mosteiro de Santa Maria não longe da Ribeira de Aguiar, com monges provenientes do Mosteiro de Moreruela de Zamora, e ao mesmo tempo a fundação da Ordem militar de S. Julião do Pereiro (mais tarde conhecida como Ordem militar de Alcântara), por cavaleiros de Salamanca, que fazem construir a sua casa-mãe em Cinco Vilas num cabeço sobranceiro à calçada, imediatamente antes da passagem do Côa. A casa da Ordem do Pereiro, que ainda no início do séc. XVII, apesar de arruinada, era descrita com igreja, convento e casa forte, estava já no século seguinte reduzida à ermida de S. Julião onde os

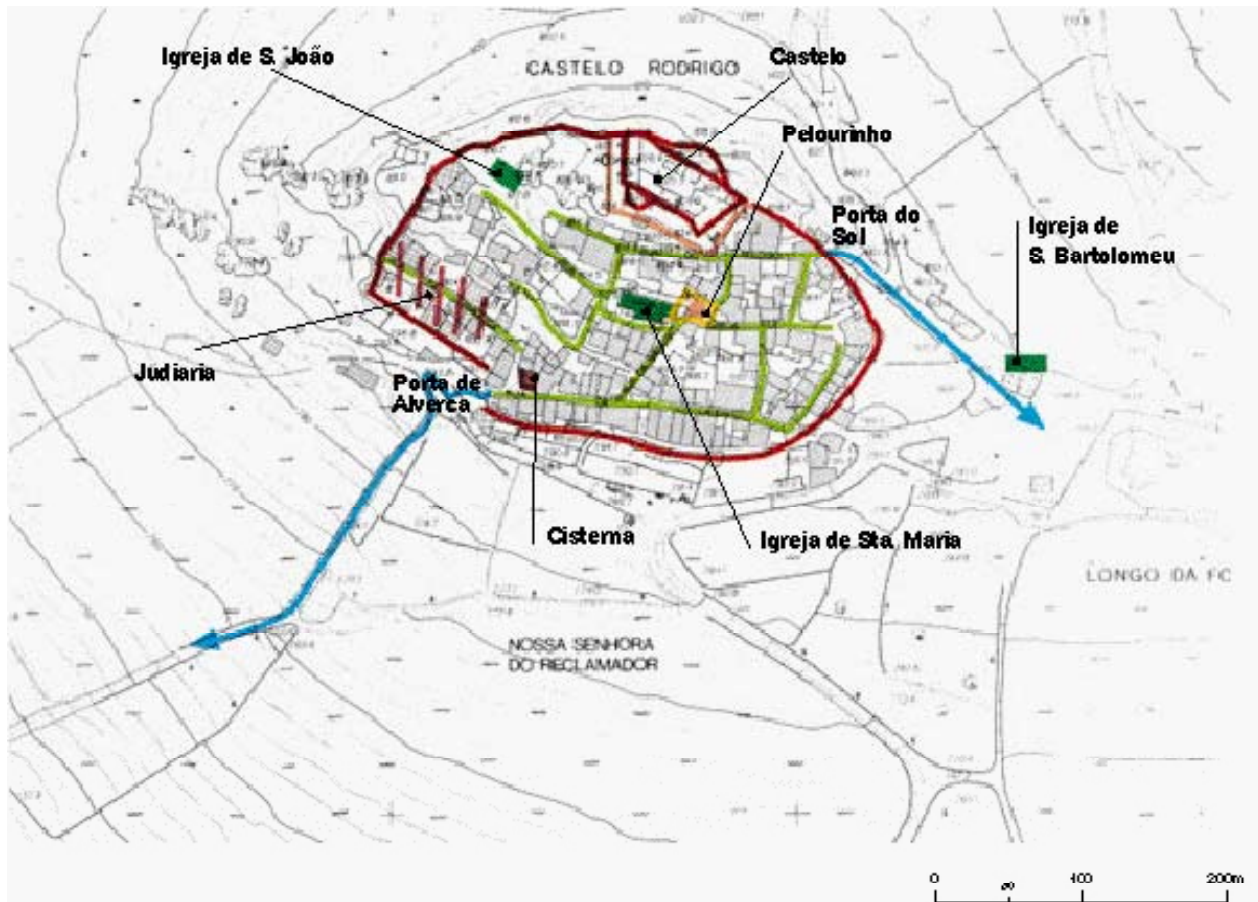


Fig. 30 – Ponte da Vermiosa (Vermiosa, Figueira de Castelo Rodrigo)



Fig. 31 – Ponte Velha do Côa (Cinco Vilas, Figueira de Castelo Rodrigo)

Os limites Sul dos termos de Numão e de Castelo Rodrigo como constam dos respectivos forais (datados de 1130 e de 1209) são referenciados pela calçada ou carreira que atravessava a região no sentido Este / Oeste e que cruzava o Côa a vau onde permitia a passagem de carros, no Porto de Carros, ao qual o foral de Pinhel, concedido no mesmo ano que o de Castelo Rodrigo, também faz menção. A este cruzamento do Côa referem-se os Capítulos Especiais de Castelo Rodrigo às Cortes de 1447 através dos quais ficamos a saber que nesse ano estava em construção no Côa entre esta vila e a vila de Pinhel, mui fermosa ponte toda de canto talhado e [...] posto que seja mui grande trabalho era obra muito necessária pois nesta ribeira todos los anos e tempos pereciam e morriam homens e outros muitos negócios que se dela seguiam, em barcos e em outros maus passos⁸³. Desta ponte resta hoje apenas o arranque na margem direita com arcos e siglas que mostram bem ser de fábrica gótica.



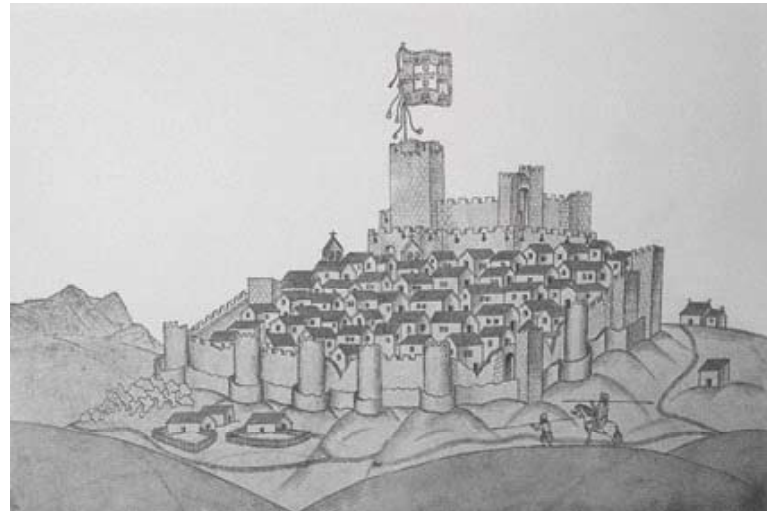


Fig. 33 – Castelo Rodrigo - vista Sul no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)



Fig. 34 – Castelo Rodrigo - vista geral de SE

Fig. 32 – Castelo Rodrigo - planta interpretada

No ponto mais elevado da colina em que se implanta a vila, localiza-se o castelo de planta trapezoidal com diversas torres. A povoação era protegida por um muro de cerca com torreões redondos adossados, actualmente muitos deles arruinadas ou então ocultos sob construções mais modernas. A cerca tinha duas portas: a de Alverca, orientada a Oeste, e a do Sol, virada a Nascente. Existia ainda um postigo do lado Norte. O traçado urbano no interior da cerca mostra um plano ortogonal que, adaptando-se à configuração do terreno, se desdobra em dois blocos. Registam-se no início do séc. XIV três igrejas paroquiais: Santa Maria (Senhora de Rocamador) e S. João, ambas intra-muros, e S. Bartolomeu, no exterior, já desaparecida, situada onde está hoje o cemitério paroquial. A actual rua da Sinagoga permite localizar a antiga judiaria.

Castelo Rodrigo domina do alto de um monte as terras baixas onde se implantou a nova vila, Figueira de Castelo Rodrigo. A vila antiga conteve toda a malha urbana no interior da cerca que se apresenta reforçada por numerosas torres circulares adossadas. O castelo, transformado nos sécs. XVI e XVII em palácio pelo senhor da vila, D. Cristovão de Moura, foi incendiado aquando da Restauração da independência em 1640, tendo ficado em ruínas desde essa data.



Fig. 35 – Ponte de Escalhão (Escalhão, Figueira da Castelo Rodrigo)

A partir de Castelo Rodrigo podia-se atravessar o Douro em Barca de Alva não sem antes passar a Ribeira de Aguiar na antiga Ponte de Escalhão. Também a partir de Castelo Rodrigo mas tomando a direcção de Almendra era possível continuar por Castelo Melhor e passar o Cõa na barca da Vila Nova de Foz Cõa ou, descendo ao Douro, utilizar a antiga ponte sobre a Ribeira de Aguiar que ainda existe sobre o actual tabuleiro de betão junto da Capela da Senhora do Campo e procurar a passagem a vau no Douro que existia próximo.

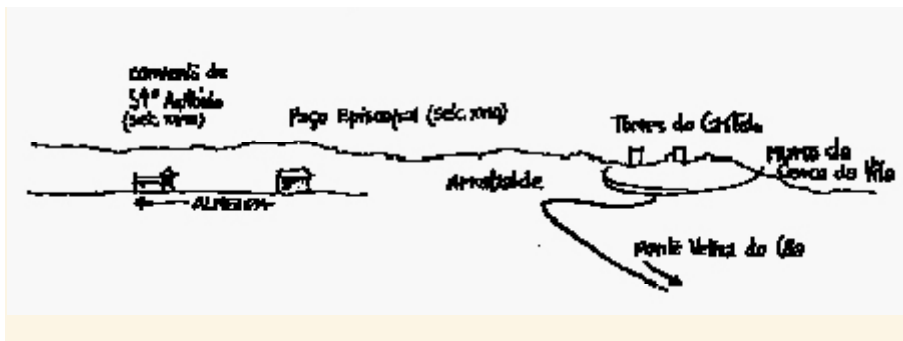
moradores de Cinco Vilas se faziam enterrar. Posteriormente, esta ermida foi demolida continuando a enterrar-se no local transformado em cemitério paroquial. Silhares siglados e pedras trabalhadas que foram reaproveitadas no muro que delimita aquele cemitério constituem os parcos testemunhos dos antigos edifícios.

Estas duas presenças que, embora privadas, contaram desde logo com a protecção régia, constituíram as «guardas avançadas» do rei de Leão numa zona periférica do alfoz de Ciudad Rodrigo, junto do rio Cõa, que por essa altura começa a ser conhecida por terra de Castel Rodrigo. É que num cabeço destacado, não longe do assento do mosteiro de Santa Maria, o rei promovia, por essa altura, a criação da vila de Castelo Rodrigo tornada depois no principal centro político daquele território. A concessão dos foros e a delimitação do termo em 1209 constam da carta de povoamento de Afonso IX de Leão que se deslocou a Castelo Rodrigo por diversas vezes garantindo privilégios e distribuindo terras aos povoadores da vila. Mais tarde, os acontecimentos que conduziram ao Tratado de Alcañices, garantiram a posse desta vila pelo rei de Portugal tendo-lhe D. Dinis confirmado os foros, privilégios e feira franca em 1296. A este rei se deverá também a realização de obras de vulto nas fortificações da vila⁸⁶ que se manteria como um dos principais centros medievais da região. No entanto, no final da Idade Média, Castelo Rodrigo começava a exhibir um padrão de decadência e despovoamento. O cadastro da população do reino, datado de 1527, contou dentro dos muros da vila apenas 91 moradores ou famílias quando no lugar de Figueira, que já existia junto, no sopé do monte, se contavam 129. Para este lugar se foram mudando progressivamente os moradores, a feira, o governo municipal, mas só em 1836 viu reconhecido oficialmente o novo estatuto de sede de concelho.



Fig. 36 – Pinhel - vista geral de Sul

Fig. 37 – Pinhel - foto interpretação



O perfil de Pinhel mostra um cabeço destacado de topo aplanado, protegido por um amplo muro de cerca medieval, de que ainda são visíveis numerosos troços, e por um castelo com duas fortes torres, existindo no exterior dos muros um extenso arrabalde antigo. Tanto intra-muros como no arrabalde conservam-se algumas das suas nove igrejas medievais a que os séculos XVII e XVIII acrescentaram dois edifícios conventuais. Para além de vários solares urbanos preserva-se a antiga Casa da Câmara transformada em Museu Municipal. A vila de Pinhel foi elevada a sede de bispado em 1770 datando do final desse século a construção do Paço Episcopal situado já na periferia do arrabalde antigo.

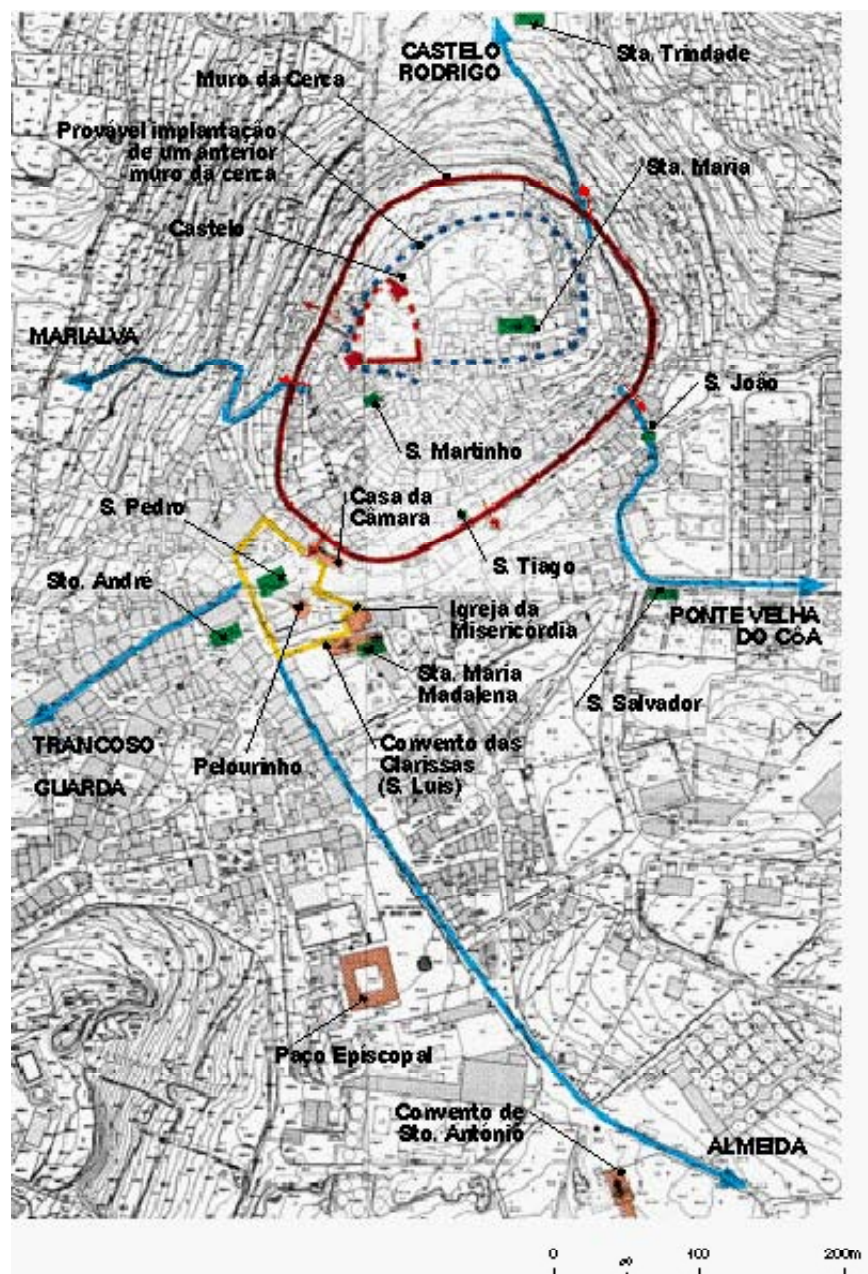


Fig. 38 – Pinhel - planta interpretada

A observação da planta e as próprias características da implantação permitem colocar a hipótese de um núcleo inicial situado na área aplanada do topo do cabeço, rodeando a igreja de Santa Maria, ao lado do castelo, talvez com uma primeira cerca. Mais tarde, o próprio desenvolvimento da povoação pela encosta abaixo levaria à construção de uma outra cerca de grandes dimensões, a qual se preserva em quase todo o circuito possuindo seis portas. No ponto mais elevado do cabeço, do lado Oeste, localizava-se o castelo, do qual existem ainda duas torres e troços da muralha. No exterior da Porta da Vila, a principal ligação ao arrabalde, estruturou-se o Largo central onde se localiza o pelourinho, a Casa da Câmara, a desaparecida igreja de S. Pedro, a igreja da Misericórdia (séc. XVI), a igreja e convento de S. Luís das religiosas clarissas (fundado no final do séc. XVI, a igreja foi Sé Catedral da diocese nos sécs. XVIII e XIX tendo os edifícios conventuais desaparecido para dar lugar ao actual Jardim Público) e vários solares urbanos das principais famílias da vila. Neste largo iniciavam-se os principais eixos de saída - para a Ponte Velha do Côa, para Almeida, para a Guarda e para Trancoso - que estruturaram o desenvolvimento do arrabalde. No Rol das Igrejas de 1320-21, são mencionadas nove igrejas: três situavam-se intra-muros (Sta. Maria do Castelo, S. Martinho e S. Tiago), distribuindo-se as restantes pelo arrabalde (Sto. André, S. Pedro, Sta. Maria Madalena, S. João, S. João do Seixo e S. Salvador).

O povoamento da vila de Pinhel, que parece ser outro caso de povoação nova, relaciona-se também com o controlo deste importante eixo de comunicação na sua passagem do Côa, surgindo, do lado português, como um desenvolvimento paralelo ao de Castelo Rodrigo. Uma primeira tentativa de povoamento do local por volta de 1191 ficou registada na carta de foral concedida nesse ano aos homens que quizessem habitar em Pinhel pelo prior do Mosteiro da Ermida de Santa Maria de Riba Paiva, com o consentimento do Rei⁸⁷. O reforço desta iniciativa privada, mas, sobretudo, o assegurar do controlo régio sobre a mesma, levou D. Sancho I a conceder novo foral em 1209 aos povoadores de Pinhel⁸⁸ no mesmo ano em que, do outro lado do Côa, em Castelo Rodrigo, o rei de Leão Afonso IX, delimitava o termo e concedia o melhor foro que os seus povoadores escolhessem⁸⁹. A D. Dinis se deve a confirmação do foral em 1282⁹⁰, parecendo ter tido forte intervenção na vila onde se deslocou em 1285 e em 1313⁹¹. Precocemente, desenvolveu-se um arrabalde em expansão onde, em 1320-21, se localizavam 6 das suas 9 igrejas paroquiais. As fortificações da vila mostravam, nos últimos séculos da Idade Média, um castelo e um muro de cerca de robusta fábrica gótica. No Numeramento de 1527 a vila intra-muros mantinha um elevado número de moradores, com 152 famílias, número no entanto quase igualado pelo do arrabalde, que contava com 136. Um percurso muito diferente do que conhecia a vila de Castelo Rodrigo do outro lado do rio Côa.

XI - A vila medieval de Almeida sob a praça militar de fronteira dos séculos XVII e XVIII

As referências documentais mais antigas a Almeida surgem inseridas nas iniciativas reorganizadoras da região do Riba Côa por D. Afonso IX de Leão na primeira metade

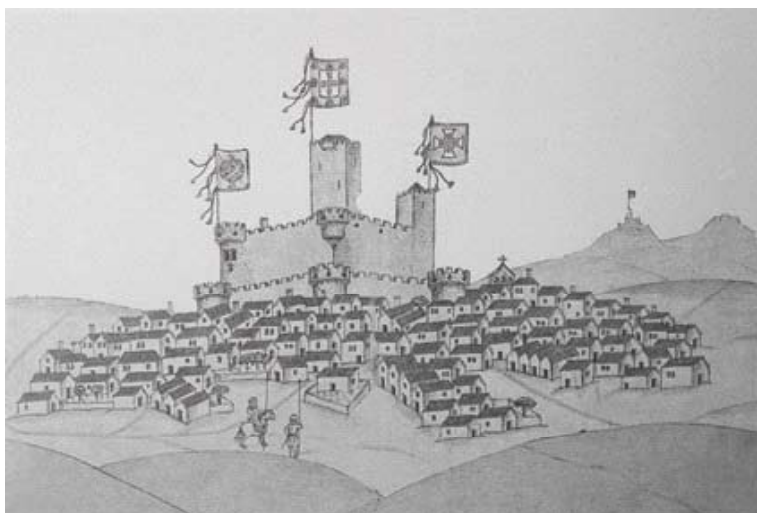


Fig. 39 – Almeida - vista Sul no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

do século XIII. Em 1217 estava aquele Rei em Almeida tendo renovado uma doação ao Mosteiro de Santa Maria de Aguiar⁹⁶. Não é conhecida a carta de povoação da vila de Almeida, admitindo-se uma data situada entre 1209 e 1227-30, quando Afonso IX delimita os termos de Vilar Maior e Castelo Bom mais a Sul, para a organização de Almeida como concelho, sendo possível mesmo que a estadia daquele Rei na povoação em 1217 esteja relacionada com esse facto.

D. Dinis, após a conquista de todas as vilas e castelos do Riba Côa em 1296, confirmou-lhe os seus foros usos e costumes a 8 de Novembro⁹⁷. A tradição atribui a D. Dinis a iniciativa de transferir do primitivo assento a povoação, que se situaria a cerca de 800-1000 m para Norte no local denominado Enchido da Sarça ou Pedegrais⁹⁸. A mesma tradição é registada no início do séc. XVIII pelo Pe. Carvalho da Costa na *Corographia Portuguesa: A fundação desta Villa se attribuo aos Mouros, quando dominarão Espanha, chamandolhe Talmayda, interpretado Mesa, pela planicie de seu antigo sitio, que foy em hum campo mais para o Norte, aonde vemos agora hum valle, que se chama o Enxido da Carça, o qual era melhor, mais plano, & mais idoneo que o de agora, que fica em hum recosto para o Nascente. [...] ElRey Dom Dinis a fundou no sitio, em que hoje está, mandando fabricar seu Castello*⁹⁹. Esta tradição, referindo-se a um local que à superfície mostra sobretudo materiais datáveis da época romana, talvez não seja de valorizar pela precisão dos acontecimentos relatados, mas antes pela ideia de fundo da existência de deslocamentos de população implicados pela reorganização baixo medieval dos territórios, com a criação de novos centros fortificados nas vilas de nova fundação.

Os episódios bélicos em que Portugal se viu envolvido com Castela no final do séc. XIV mostram como se tinham tornado de enorme importância estratégica a vila de Almeida e a entrada fronteiriça que esta controlava e a

que se opunham, do outro lado da fronteira, as fortificações de Cidade Rodrigo. Entre 1372 e 1396 contam-se pelo menos 7 grandes entradas de exércitos por Almeida através do passo fronteiro de Vale de Lamula¹⁰⁰. Em 1372-1373, Henrique II de Castela invadia Portugal seguindo o itinerário de Zamora, Almeida, Pinhel, Linhares, Celorico, Viseu e Lisboa. Em 1381, D. João I de Castela seguiria o mesmo trajecto por Almeida para atingir Trancoso. Em 1385, os castelhanos escolheriam a entrada de Almeida por duas vezes. A primeira, pelas tropas comandadas por D. João Rodrigues de Castanheda que, a partir de Cidade Rodrigo, entraram por Vale de Lamula, Almeida, Pinhel, Trancoso, Penalva, Povolide e Viseu; a segunda, quando da marcha de D. João I de Castela para Aljubarrota, também a partir Cidade Rodrigo, por Vale de Lamula, Almeida, Jarmelo, Guarda, Açores, Celorico, Mangualde, Coimbra, Soure, Pombal e Leiria. No ano seguinte, seria a vez de D. João I de Portugal entrar em Castela por Castelo Rodrigo e Almeida – que acabou por reconquistar –, indo pôr cerco a Cidade Rodrigo. Logo depois, na campanha militar de 1387, D. João I de Portugal, de regresso do reino de Castela, passa por Corrales e Cidade Rodrigo, entrando por Vale de Lamula e Almeida, dirigindo-se depois a Guimarães. Quase dez anos depois, em 1396, uma nova invasão de Castela, comandada por Rui Lopes Dávalos entraria ainda por Almeida, dirigindo-se a Viseu. Este passo fronteiro estava então directamente relacionado e dependente da passagem da barca da ribeira do Côa, não existindo ainda ponte, que só mais tarde se veio a construir. Coube a D. Manuel I a realização de importantes obras de reforma das fortificações da vila com a construção de um castelo completamente novo e mais adaptado às exigências bélicas da altura. Pelos mesmos anos (1506), Almeida recebeu também foral novo onde um dos títulos se refere à barca do Côa que pertencia ao alcaide-mor da vila. Aos



Fig. 40 – Almeida - vista geral das ruínas do castelo

A crescente importância estratégica da vila de Almeida no final da Idade Média mostrava a necessidade de reforçar as fortificações. Pela mesma época em que o Rei D. Manuel I concedeu foral novo (1506), incumbiu ao biscainho Francisco Damzinho, mestre de pedraria, uma obra de reforma do castelo⁹². Dessa obra resultou a fortificação que vemos representada nos desenhos de Duarte de Armas, os quais deverão datar de cerca de 1509⁹³. No início do século XVI, a vila mostrava um casario denso e apertado envolvendo o castelo. Do lado Norte, junto da Torre de menagem e da porta do castelo, situava-se a desaparecida Igreja de Santa Maria. No Rol das Igrejas de 1320-21 é esta a única paróquia existente na vila, situação que se manterá depois apenas com a mudança do orago para Nossa Senhora das Candeias no início do século XVIII. O castelo, transformado mais tarde em paiol de munições, explodiu em 1810 aquando da 3ª Invasão francesa, conservando-se hoje os seus fundamentos e os profundos fossos. Esta explosão destruiu também a igreja, pelo que a sede da paróquia passaria então para a igreja do convento de Nossa Senhora do Loreto, onde ainda hoje se situa. No antigo local da igreja seria depois construído o cemitério e, em 1830, a torre do relógio⁹⁴.

moradores dela não era exigido pagamento pela passagem mas eram obrigados de hyrem lamçar has barca a agoa ou atyrar quando se perde e trazer ao porto ¹⁰¹. O séc. XVI parece representar para a vila de Almeida uma época de prosperidade, mostrando um número elevado de habitantes contabilizados no ano de 1527 em 264 moradores ou famílias, constituindo uma das maiores concentrações da região, número que cresceria ainda para 550 cerca de 1700, apesar das dificuldades que as guerras da Restauração haviam trazido alguns anos antes.

XI - A vila leonesa de Castelo Bom, a vila portuguesa de Castelo Mendo e o passo do Côa no Porto de S. Miguel

À actual entrada fronteiriça por Vilar Formoso, utilizada pela recente IP5, correspondeu no passado o caminho Este/Oeste que passava por Castelo Bom e Castelo Mendo dirigindo-se depois para a Guarda pela vila hoje despovoada de Jarmelo. Aquelas duas vilas surgem para a história aproximadamente na mesma altura, defendendo ambas o passo do rio Côa, a vau ou com barca, no Porto de S. Miguel. Castelo Bom teve foral do rei de Leão D. Afonso IX em data próxima a 1226 enquanto Castelo Mendo recebeu carta de foral do rei de Portugal D. Sancho II em 1229. No final do séc. XIII, pelo Tratado de Alcañices, a vila de Castelo Bom foi incorporada na coroa portuguesa.

As vistas de Duarte de Armas mostram no séc. XVI o desaparecido castelo da vila de Castelo Bom que se implantava sobre o ponto mais eminente da plataforma elevada onde assenta a antiga vila. Pelo limite daquela plataforma corria um muro de cerca cujo traçado é hoje facilmente reconstituível através dos numerosos troços ainda conservados. Percebe-se no espaço intra-muros a localização da igreja de Santa Maria, a actual matriz, junto do castelo. No exte-

Fig. 41 – Almeida - planta interpretada

A planta actual permite observar a existência de uma organização urbana anterior às formidáveis fortificações seiscentistas que ainda hoje modelam a imagem da vila. É visível um perímetro de contorno ovalado que o traçado da Rua dos Combatentes Mortos pela Pátria conservou, mas a construção das novas fortificações abaluartadas no século XVII teria feito desaparecer a Oeste. No interior deste perímetro observam-se vestígios de um plano urbano regular com eixos longitudinais paralelos cortados ortogonalmente por travessas. Este plano regular dataria da nova implantação da povoação, contemporânea da sua reorganização como vila urbana de que nos falam as Crónicas do reinado de D. Dinis ou de um momento anterior, relacionado com as iniciativas repovoadoras e reorganizadoras no Riba Côa realizadas no primeiro quartel do século XIII por D. Afonso IX de Leão. A imagem que colhemos em Duarte de Armas, porém, não mostra qualquer cerca envolvendo a vila que pudesse estar na origem daquele contorno ovalado. É possível que as importantes reformas do castelo que se registaram no início do século XVI tenham implicado alterações da anterior organização urbana. Poderia ter existido uma reorientação da estratégia defensiva optando-se então por concentrar as fortificações num castelo que, ocupando uma área importante, era em meados daquele século a melhor fortaleza de Riba de Coa ⁹⁵. O desaparecimento da antiga cerca e até uma ligeira rotação dos traçados das ruas a Sudoeste, onde muitas casas exibem cantarias do séc. XVI, encontraria explicação nestas obras de grande vulto que com vantagem reutilizariam materiais de uma primitiva cerca arruinada. A expansão urbana da vila foi orientada a Este por caminhos e ruas que desciam a encosta deste lado. As intervenções realizadas depois, nos séculos XVII e XVIII, responsáveis pelas novas fortificações construídas segundo o sistema abaluartado, devem estar na origem de uma nova orientação que as ruas exibem a Sul onde se concentram os mais importantes edifícios daquela época: o palácio-sede do Governo Militar, o antigo Quartel de Artilharia, os Paços do Concelho, o antigo Quartel de Infantaria e a Igreja e Hospital da Misericórdia.

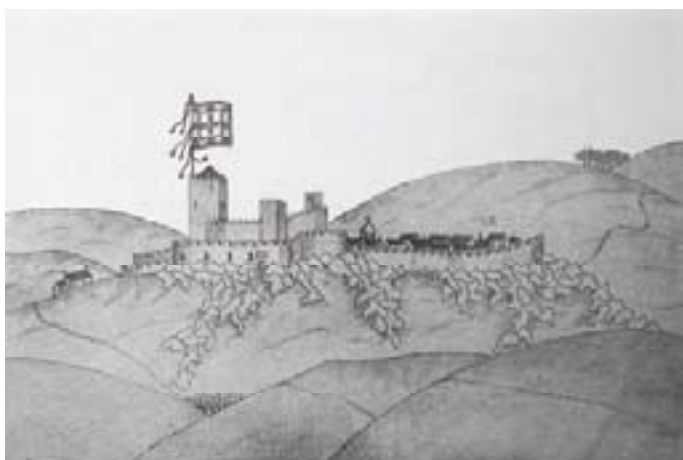


Fig. 42 – Castelo Bom - vista Este no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 43 – Castelo Bom - vista geral Este



Fig. 44 – Castelo Bom - vista Oeste no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 45 – Castelo Bom - vista geral Oeste

rior, não se observam, pelos desenhos do séc. XVI, construções indiciando a formação de arrabaldes. No entanto, junto do caminho que desce da única porta que se observa no muro da cerca, vê-se uma segunda igreja, a paroquial medieval de S. Martinho, actualmente reduzida a uma pequena capela.

Na carta de foral que os povoadores de Castelo Mendo receberam de D. Sancho II em 1229 percebe-se a existência de um povoado fortificado no alto de um cabeço onde já se havia fundado uma igreja. Percebe-se também aí a preocupação do rei em garantir que os povoadores dele habitariam no interior do espaço defendido pelos muros da cerca, como se existisse já tendência para a formação de um arrabalde com o conseqüente despovoamento dentro dos muros ¹⁰².

Trezentos anos depois, as vistas desenhadas por Duarte de Armas por volta de 1509, mostram Castelo Mendo defendido por dois muros de cerca. Na parte mais alta da vila, rodeada por um muro de contorno ovalado, observa-se a igreja de Santa Maria e ao fundo a torre de menagem do castelo. Dentro da segunda cerca, reconhece-se o pelourinho, situado no largo onde também se localiza a igreja de S. Pedro. A outra igreja que se identifica pelo campanário é a paroquial de S. Vicente. No exterior, avistam-se uma ermida e um cruzeiro a que actualmente a capela do cemitério e o calvário, situados diante da Porta da Vila, dão continuidade.

A observação da planta de Castelo Mendo revela uma cerca de contorno ovalado no centro da qual se implanta a igreja de Santa Maria. As poucas ruas que ainda aqui se conservam parecem indicar um padrão ortogonal. Um dos cantos deste espaço foi fechado por um muro de silharia que individualizou assim o pátio do castelo no qual se mostra uma torre, que serviu de menagem, e uma cisterna. No exterior da porta que dá acesso a este recinto superior, formou-se um largo central onde estavam a igreja de S. Pedro, o pelourinho e a antiga Casa da Câmara. Três ruas principais



Fig. 46 – Castelo Mendo - vista Norte no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 47 – Castelo Mendo - vista geral Norte

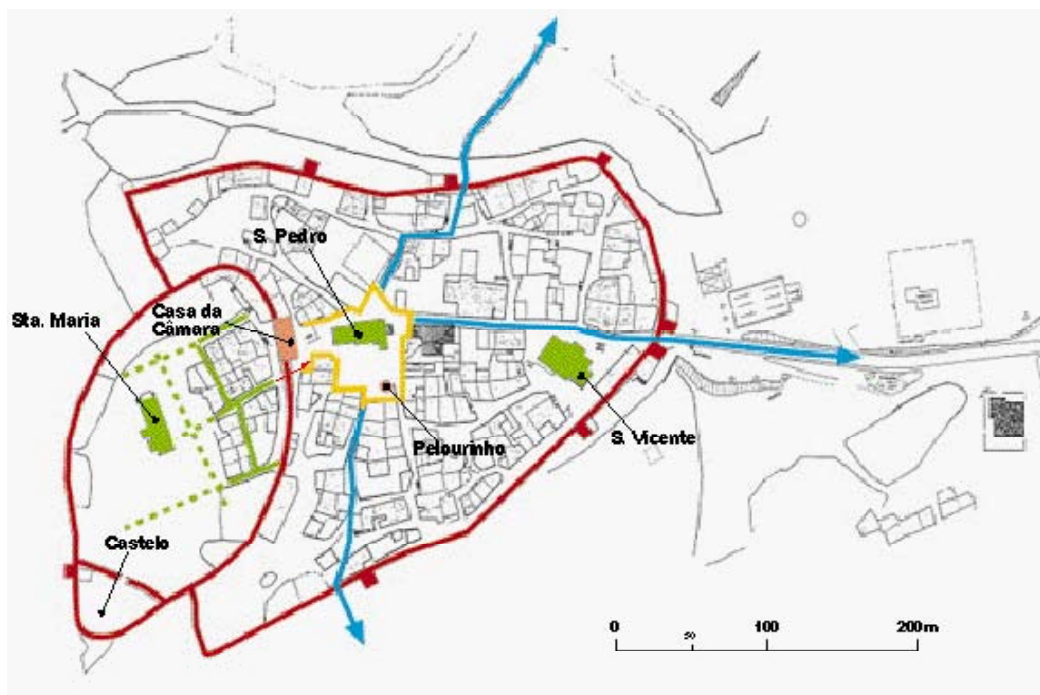


Fig. 48 – Castelo Mendo - planta interpretada

partem deste largo em direcção às três portas da segunda cerca. A Rua Direita, dirigindo-se para a Porta da Vila, é aqui o eixo fundamental. Junto daquela porta, pelo interior, a igreja de S. Vicente estruturou um outro largo. A segunda cerca foi reforçada com várias torres adossadas, sobretudo junto das portas.

É possível que a primeira cintura de muros date do início do séc. XIII, decorrendo das iniciativas repovoadoras do rei de Portugal e que culminam com a concessão do foral por Sancho II em 1229. Já a segunda cintura, rodeando um arrabalde entretando desenvolvido no exterior da primeira cerca, deverá datar dos séculos XIV ou XV.

XIII - Duas pontes do Côa no caminho entre três vilas leonesas e duas vilas portuguesas

A partir de Ciudad Rodrigo existiam três ou quatro alternativas para quem se dirigia em direcção a Portugal, convergindo, depois de atravessar a fronteira, para a cidade da Guarda. Era no entanto necessário passar o Côa, que constituía o principal obstáculo em qualquer dos trajectos por que se optasse. Na zona sul do Riba Côa, a travessia daquele rio era facilitada pela existência de duas pontes medievais. Assim era possível entrar por Vilar Maior e atravessar o Côa na Ponte de Sequeiros ou então fazer a entrada na Aldeia da Ponte, depois de passar La Albergaria de Argañan, tomar o caminho para o Santuário de Sacaparte, onde também existia uma hospedaria, e atingir a vila de Alfaiates onde se podia optar por atravessar o Côa na ponte de Sequeiros ou então ir procurar a passagem na Ponte junto da vila do Sabugal. Do outro lado do Côa, o caminho para a Guarda, em direcção a Norte, passava na vila do Touro mas era possível continuar para Oeste e chegar à vila de Sortelha a partir de onde se abria o caminho para Belmonte e a Beira Baixa.

É no início do séc. XIII que estas vilas surgem pela primeira vez mencionadas na documentação. Porém, tanto do lado português como do leonês, a maior parte das iniciativas régias reorganizadoras foram aqui ligeiramente mais tardias do que na zona norte do Côa. A vila do Sabugal constitui uma póvoa ou vila nova fundada pelo

rei D. Afonso IX de Leão no início do séc. XIII só acompanhada pela criação de outras no final da década de 20. Talvez por este facto, o termo que o rei lhe demarca é muito extenso, abrangendo áreas que depois vieram a constituir novos concelhos. A importância atribuída pelo poder régio leonês a este novo centro territorial foi grande, tendo sido frequente local de passagem ou permanência do rei D. Afonso IX. Foi também por duas vezes no séc. XIII, local de entrevista dos monarcas português e castelhano. A primeira em 1224, quando Fernando III de Castela aqui se encontrou com Sancho II de Portugal e de que resultou, mais tarde, a devolução do castelo de Chaves em Trás-os-Montes¹¹³. A segunda em 1288¹¹⁴.

Do lado português, Sancho I procurou opor à criação da vila do Sabugal a vila de Sortelha para o que fez trazer povoadores de Valença, no Alto Minho. No entanto, seria só em 1228 que Sancho II concederia carta de foral aos povoadores daquela vila¹¹⁵. Entretanto surgia entre a Sortelha e a Guarda a vila do Touro, que recebeu foral do mestre da Ordem do Templo em 1220 com o apoio do rei Afonso II de Portugal. No Riba Côa leonês, no final da década de 20, várias povoações anteriormente integradas no termo do Sabugal receberiam foral de Afonso IX como Alfaiates, em 1226, Vilar Maior, em 1227, e ainda talvez Caria Talaia. A protecção do poder régio leonês à vila do Sabugal, porém, parece ter decidido Fernando III em 1231, no sentido de reintegrar novamente no termo do Sabugal, Caria Talaia e Vilar Maior¹¹⁶.

Com o Tratado de Alcañices e a incorporação das vilas leonesas do Riba Côa no reino de Portugal, observamos que o Sabugal continuava a ser o mais importante centro do poder régio na zona sul do Côa, deslocando-se aqui frequentemente o rei D. Dinis (1291, 1297, 1298, 1300, 1304 e 1308¹¹⁷). A este rei parece dever-se a construção do castelo daquela vila tendo encarregado Frei Pedro, do mosteiro de Alcobaça, de dirigir as obras que se estavam a concluir em 1302¹¹⁸. A vila do Sabugal ocupava já, naquela época, uma área considerável, tendo-se expandido para fora dos muros e dando origem a um arrabalde de grande dimensão, como se comprova pela doação de umas casas do rei ao mestre da Ordem do templo, em 1298, situadas fora da vila [=extra-muros, no arrabalde] à porta que cha-

mam do Barroso [=um caminho de saída] na freguesia de Santa Maria Madalena ¹¹⁹. Aliás, o Rol das Igrejas, alguns anos depois, em 1320-21, inventariava seis igrejas paroquiais e uma ermida estando dentro dos muros apenas uma, a de Santa Maria.

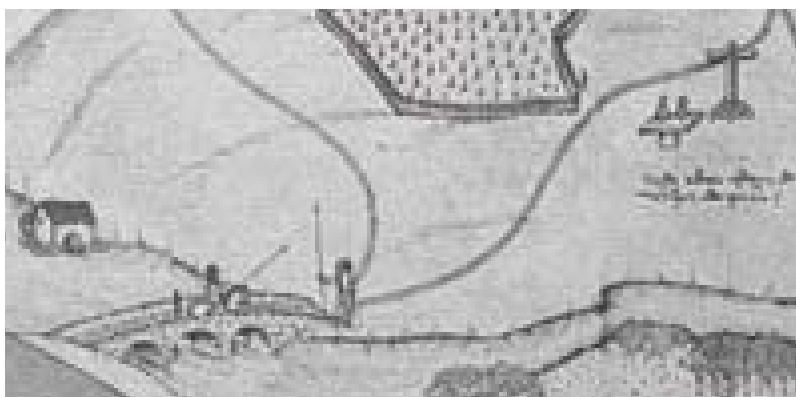


Fig. 49 – Ponte de Sequeiros (Valongo, Sabugal)

Fig. 50 – Ponte do Sabugal no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Na zona Sul do Riba Côa, a travessia daquele rio era facilitada pela existência de duas pontes medievais. A antiga ponte do Sabugal observa-se numa das vistas da vila, desenhada por Duarte de Armas. Junto do caminho que descia da porta do Muro para a ponte, mostra-se um cruzeiro e diante deste um pequeno altar onde, segundo indica a inscrição, [...] estão dois santinhos velhos de pau. Uma vara colocada no meio da ponte recorda-nos o episódio descrito nas inquirições de D. Dinis datadas de 1315 em que se relatam acontecimentos da segunda metade do séc. anterior, quando a demarcação entre os reinos de Portugal e de Castela se fazia pelas águas do Côa: Domingos Mendes da Painça [...] disse que ao pé do pilar da ponte do Sabugal viu a homens del rei D. Afonso de Portugal a quem Deus perdoe, estando hi os do Sabugal, chantar [=plantar] uma estaca de ferro que tinha uma cruz por sinal, e que viu verter um vaso de vinho por renembrança ¹⁰³. A ponte de Sequeiros era fortificada possuindo uma torre sobre a entrada do lado direito que nos faz lembrar a Ponte de Ucanha em Tarouca (Viseu).

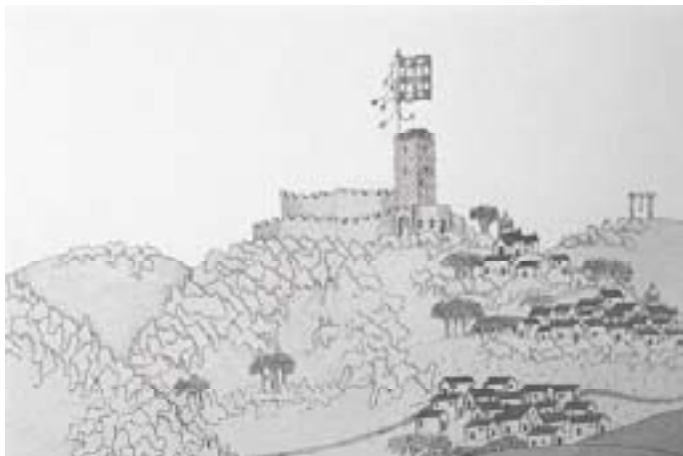


Fig. 51 – Vilar Maior - vista Sul no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 52 – Vilar Maior - vista geral Sul

No desenho da vista Sul de Vilar Maior realizado por Duarte de Armas individualizam-se, no local mais eminente do cabeço da antiga vila, o recinto do castelo com a sua torre de menagem, rodeados pelo muro da barbaca; um pouco mais abaixo na plataforma, que desce ligeiramente para aquele lado, um núcleo de casas em torno da igreja de Santa Maria; separado deste e ainda mais baixo naquela plataforma, um segundo núcleo de habitações localizadas junto da igreja de S. Pedro; um terceiro núcleo, com numerosas casas, observa-se também no sopé do cabeço. Actualmente os mesmos núcleos são ainda perfeitamente reconhecíveis. Só a forca, que existia num outro cabeço vizinho, já se não vê.



Fig. 53 – Vilar Maior - vista Norte no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 54 – Vilar Maior - vista geral Norte

No desenho de Duarte de Armas que registou a vista da vila tirada de Norte destaca-se a ruína de um arco ou porta que ainda hoje se pode observar integrado num troço de muro de cerca cujo traçado completo é actualmente de difícil reconstituição. Na ribeira vemos uma ponte medieval que ainda existe, com três arcos, dando passagem ao caminho que tomava a direcção da fronteira e de Ciudad Rodrigo. Como na vista anterior, do lado Sul, o confronto com a actualidade é elucidativo acerca das permanências urbanas em Vilar Maior desde o séc. XVI.



Fig. 55 – Vilar Maior - planta interpretada

A planta de Vilar Maior causa estranheza pela disposição urbana dispersa em vários núcleos, não chegando a constituir uma malha única e contínua. O castelo surge isolado do casario, sendo constituído por um pequeno reduto em redondo, originalmente sem torres adossadas, ao qual, num momento mais tardio, foi encostada a única torre, de grande dimensão, pelo lado de fora. A norte observam-se ainda restos do muro baixo da barbacã. Entre as ruínas da igreja de Santa Maria, reduzida à cabeceira, e a actual Matriz de S. Pedro, o casario distribui-se ao longo de ruas que não mostram orientação muito regular. A ruína do arco de uma porta bem como outros vestígios de um muro de cerca permitem pensar que a parte alta da vila esteve cingida por uma muralha que, eventualmente, pode não ter chegado a ser terminada. Não longe daquele arco, um edifício implantado sobre o muro da cerca mostra ter sido a antiga Casa da Câmara. A parte baixa da vila organiza-se em torno de um largo central, o Largo da Praça, onde está o pelourinho. Para SE, a Rua da Misericórdia conduz a um outro largo, mais pequeno, onde está a igreja da Misericórdia fundada em 1583. A NO, outro largo, chamado das Portas, mostra os principais solares urbanos. São três as saídas da vila: a partir da ponte para Este em direcção à fronteira e a Ciudad Rodrigo; a partir do Largo da Praça para Sul em direcção a Alfaiates e ao Sabugal; a partir do Largo das Portas onde se iniciava o caminho para a Ponte de Sequeiros.

A estruturação urbana medieval da vila de Vilar Maior parece ter-se desenrolado em duas fases correspondendo, a primeira, ao período datado pela carta de povoação concedida por D. Afonso IX de Leão em 1227, e a segunda às intervenções a partir de D. Dinis com a posse do Riba Cova pela monarquia portuguesa. O pequeno recinto do castelo, sem torres e construído num aparelho pouco regular (não isódomo), seria de atribuir à 1ª fase enquanto a construção da torre de menagem e do muro de cerca que haveria de envolver a parte alta da vila seria já da 2ª fase. O final da Idade Média e o séc. XVI seriam talvez o momento em que se desenvolveu o arrabalde que constitui a parte baixa da vila.



Fig. 56 – Alfaiates - vista geral de NE

Fig. 57 – Alfaiates - vista geral do castelo

O castelo de Alfaiates é uma fortificação de tipologia renascentista de forma quadrangular com duas torres situadas em vértices opostos, todo o conjunto rodeado por muro baixo com entrada localizada em fachada saliente e exibindo as armas do rei D. Manuel sobre o arco da porta. Em documento de 1510, aquele rei declarava a intenção de mandar fazer fortaleza na dicta vila de Alfaiates. Dois anos depois, com as obras já iniciadas, mandava ao Recebedor das Rendas do Sabugal e Alfayates que dellas dê ao Recebedor das obras trezentos mil reis para se proceguirem as mesmas. Por volta de 1516 estaria já concluída aquela obra no castelo, tendo sido contratada em 1520 a obra da cerca da vila ao mestre Martim Teixeira com prazo de dois anos. No entanto as obras deviam ter-se prolongado por mais algum tempo, pois ainda em 1525 ali se deslocava Diogo de Arruda para proceder a vistorias e medições dos trabalhos já realizados¹⁰⁴.



Fig. 58 – Alfaiates - planta interpretada

A planta de Alfaiates mostra um núcleo urbano central com malha ortogonal muito bem definida e organizada segundo ruas longitudinais paralelas à Rua Direita que são cortadas, na perpendicular, por várias travessas, delimitando assim quarteirões de forma rectangular. No ponto mais elevado, situa-se o castelo com entrada virada a um amplo largo no qual desembocam as ruas longitudinais. Do lado oposto da vila, num outro largo, de forma rectangular mas dispondo-se atravessado em relação aos quarteirões, localizam-se o pelourinho diante da antiga Casa da Câmara e a antiga igreja da Misericórdia fundada na anterior paróquia de S. João. Com a de S. Tiago, actual matriz, eram as duas igrejas existentes em 1320-21. Esta disposição urbana mostra uma tipologia próxima de outras povoações ou vilas novas baixo medievais, podendo datar-se a sua estruturação quer da fase leonesa (carta de povoação de D. Afonso IX com data de 1226) quer da reorganização portuguesa de D. Dinis após o tratado de Alcañices (1297). As fortificações medievais, que deveriam cingir a vila com um muro de cerca, provavelmente reforçada com um castelo, não são hoje visíveis. Com efeito, o castelo que se vê hoje data já da intervenção quinhentista de D. Manuel documentando-se a existência, na mesma época, de obras no desaparecido muro da cerca. Em 1642, durante as guerras da Restauração, o governador militar da vila, Brás Garcia de Mascarenhas, foi encarregado de fortificá-la de novo, tendo deixado uma descrição das ruínas que encontrou¹⁰⁵. Naquela época, do castelo de D. Manuel saíam os alicerces de huas muralhas de cantaria [...] que hão já em meio da Villa e atiravão a cingir todo o monte da parte do Norte, acrescentando que durante as obras da nova fortificação descobriram enterrados duas ordens de muros, huam de cantaria com cal que erão os alicerces del Rei Dom Manuel, outra mais adentro de cantaria com barro, cousa mais antiga. É possível que esta última estrutura correspondesse à antiga cerca baixo medieval reforçada exteriormente por um muro de barbacã construído durante a intervenção manuelina. As fortificações levantadas em meados do séc. XVII, que se mostram numa planta da Praça de Alfaiates datada de cerca de 1707¹⁰⁶, determinam ainda hoje a disposição da área urbanizada apesar dos muros já não serem visíveis.



Fig. 59 – Alfaiates - Convento de Sacaparte

Situada no caminho velho que da Aldeia da Ponte se dirige a Alfaiates, a igreja do santuário de Sacaparte já vem referida no Rol das Igrejas, de 1320-21. Nele foi fundado um convento em 1726, inicialmente da congregação de Nossa Senhora de Tomina e depois da de S. Camilo de Lélis. Está este santuário ligado à história da Lide de Alfaiates em que D. Alvaro de Lara, poderoso senhor de Castela, travou combate com D. Afonso, que era filho do rei D. Afonso III de Portugal e tenente da Guarda, e dois outros senhores portugueses de nome Fernão Soares e Gentil Soares, tendo os dois últimos caído mortos na batalha. Era costume, todos os anos, os habitantes dos termos das vilas vizinhas de Alfaiates, como Vilar Maior, Sabugal e Castelo Mendo, irem em procissão até ao Santuário de Sacaparte, nus da cintura para cima¹⁰⁷.

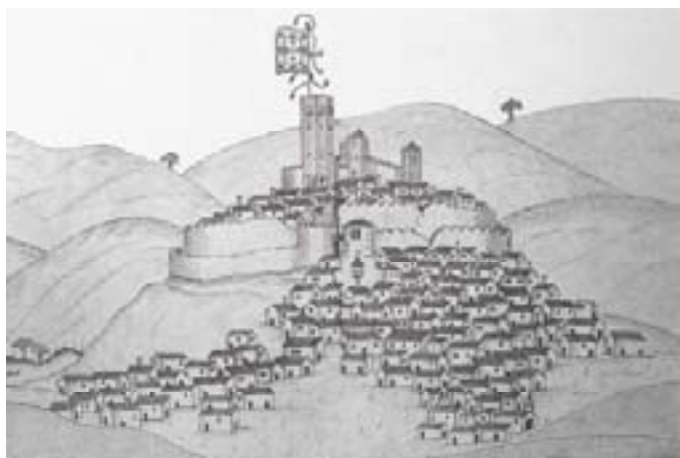


Fig. 60 – Sabugal - vista geral de Oeste

Fig. 61 – Sabugal - vista de Oeste no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

Fig. 62 – Sabugal - vista de Este no séc. XVI (Livro das Fortalezas de Duarte de Armas)

No final da Idade Média, a vila do Sabugal era densamente povoada, tendo o Numeramento de 1527 contado 223 moradores ou famílias, habitando 96 dentro dos muros e 127 no arrabalde. As vistas da vila desenhadas por Duarte D'Armas mostram, a Oeste, o castelo mandado construir por D. Dinis que uma importante reforma manuelina dirigida por João Ortega¹⁰⁸ havia adaptado às novas exigências da utilização mais generalizada da artilharia. Esta reforma foi responsável pela construção da barbacã que se observa com dois torreões circulares de ângulo reforçados na base por jorramento e com dois orifícios para a artilharia (troneiras). A vista Este mostra o extenso arrabalde da vila desenvolvendo-se a partir do largo formado no exterior da principal porta do muro da cerca e onde é visível o pelourinho. Por entre o casario do arrabalde reconhecem-se, através dos campanários, três igrejas que devem corresponder, as duas mais próximas do observador, às de S. Miguel (mais tarde da Misericórdia) e de Santa Maria Madalena (já desaparecida) e a mais afastada, já próxima do largo do pelourinho, à de S. João.



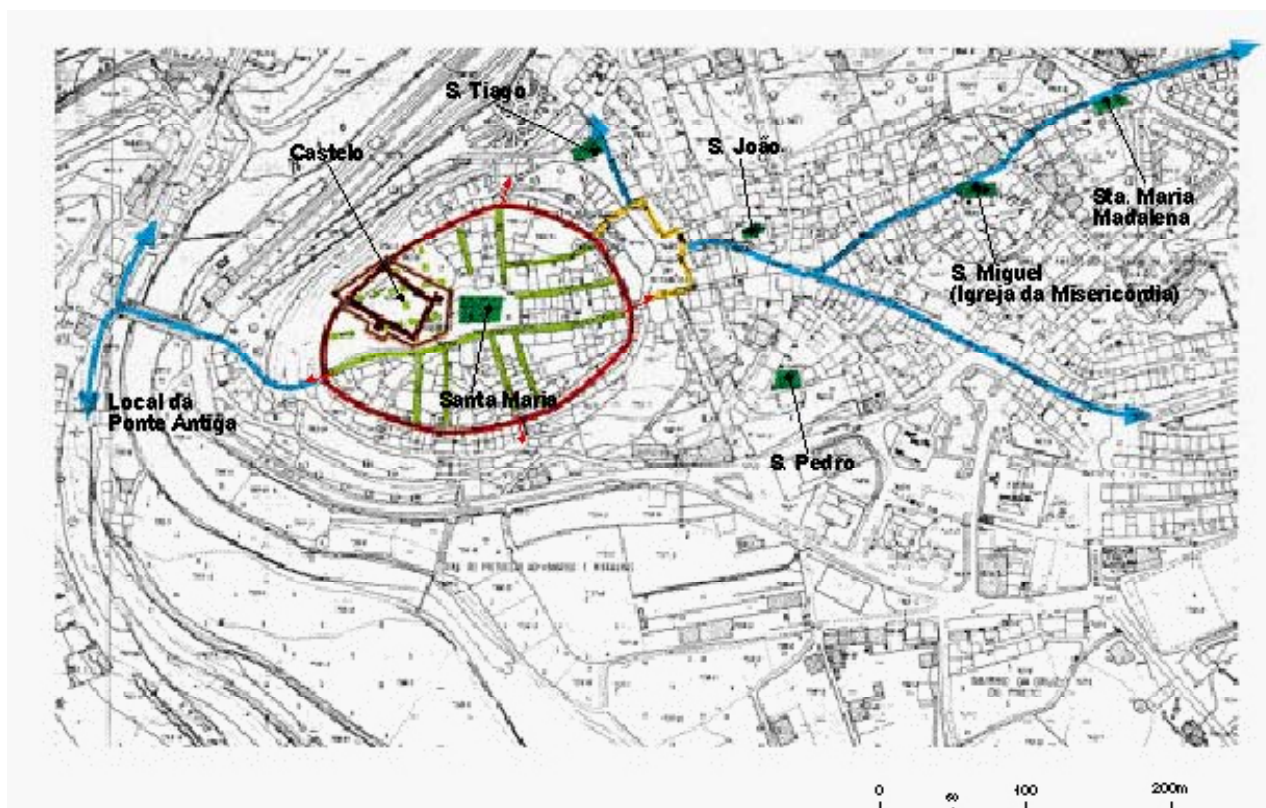


Fig. 63 – Sabugal - planta interpretada

Na planta do Sabugal reconhece-se facilmente o núcleo ovalado que era delimitado pelo muro da cerca. A malha urbana mostra aí um padrão ortogonal, típico das povóas ou vilas novas baixo medievais, alterado no quadrante NO pela construção do castelo que se lhe sobrepôs. Ao centro, um largo onde estava a demolida igreja de Santa Maria, a única paroquial intra-muros. No largo central formado no exterior da porta principal do muro da cerca estava a antiga Casa da Câmara e o pelourinho. A partir deste largo expandiu-se o arrabalde seguindo três direcções. A primeira, em direcção ao largo de S. Tiago, onde estava uma das igrejas já desaparecidas, envolvendo o muro da cerca pelo lado NE. As outras duas segundo dois eixos divergentes que seguem as direcções Este e SE ao longo dos quais se dispuseram as outras igrejas - S. João, S. Miguel, Santa Maria Madalena e S. Pedro, já não existindo as duas mais periféricas. O desenho do arrabalde que se observa na vista Este de Duarte D'Armas mostra precisamente estas três direcções da expansão urbana anterior ao séc. XVI.

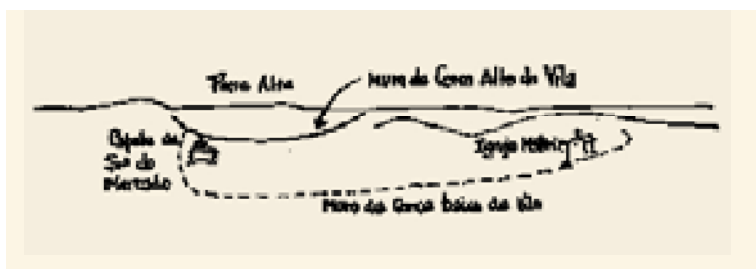


Fig. 64 – Touro - vista geral Sul

Fig. 65 – Touro - foto interpretação

A criação da vila do Touro, apesar de ter sido uma iniciativa privada da Ordem do Templo, inseria-se na estratégia conduzida pelo poder régio português de criação de centros de povoamento fortificados, as vilas, sobre a linha do Cõa. Recebeu no entanto a oposição do vizinho e recém-fundado concelho da cidade da Guarda. Como testemunham as Inquirições mandadas realizar em 1314 por D. Dinis, o concelho da Guarda, no início do séc. XIII, tinha doado ao mestre da Ordem do Templo, D. Pedro Alvites, ali hu ora é Touro, herdamento em que lavrassem seis jugadas de bois¹⁰⁹ para que a Ordem fizesse uma granja. Porém, os freires do Templo foram ampliando a doação inicial e promovendo o seu povoamento com a intenção de criar naquele território uma vila. Em 1220 o mestre Pedro Alvites concedia foral aos povoadores da vila de Touro onde afirma ser da sua responsabilidade fazer ai construir o castelo¹¹⁰, verdadeiro símbolo da autonomia municipal da vila. Embora na carta de foral se declare que era concedida com o acordo do concelho da cidade da Guarda, quando os freires hi quiseram fazer castelo [...] foi ala o concelho da Guarda derriba-lo. Apesar do conflito, a Ordem do Templo parece ter assegurado o êxito da sua iniciativa pois declara-se nas Inquirições de 1314 que moravam na vila e numa aldeia do termo, que pobraram, cerca de 500 famílias.

Implantada entre os outeiros da Pena Alta e o de S. Gens, a vila parece ter sido protegida por dois muros de cerca. O primeiro, mais pequeno e de contorno ovalado, ainda rodeia parte da Pena Alta, conservando-se a porta que lhe dava acesso. Actualmente este recinto superior já não mostra construções. A outra cerca, mais ampla, com contorno de tendência rectangular, envolvia a parte mais baixa da vila entre a capela da Senhora do Mercado e a Matriz de N. S. da Assunção. Já não se conservam troços desta segunda cerca mas apenas vestígios dispersos e a memória de ter existido. O largo formado em torno da igreja matriz, onde também se situa o pelourinho, mostra o nome de Largo do Reduto que lhe vem de ali se ter conservado, até tarde, restos significativos do velho muro da cerca¹¹¹.

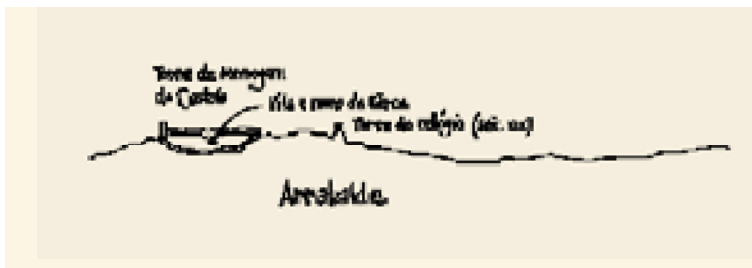


Fig. 66 – Sortelha - vista geral Este

Fig. 67 – Sortelha - foto interpretação

A antiga vila medieval fortificada, contida no interior do muro da cerca, implanta-se num esporão granítico dominando uma paisagem ampla, tendo sido apenas nos séculos XVII e XVIII que se desenvolveu um arrabalde a cota mais baixa onde se encontram vários solares urbanos daquela época. A criação da vila deve-se às iniciativas de D. Sancho I, que trouxe para aqui famílias provenientes de Valença (Minho). Em 1228, D. Sancho II concedia carta de foral aos povoadores de Sortelha aos futuros como aos que haviam vindo e habitavam desde o tempo do meu avô (=D. Sancho I), e tanto aos que haviam vindo em povoação de Valença como de outras terras¹¹².

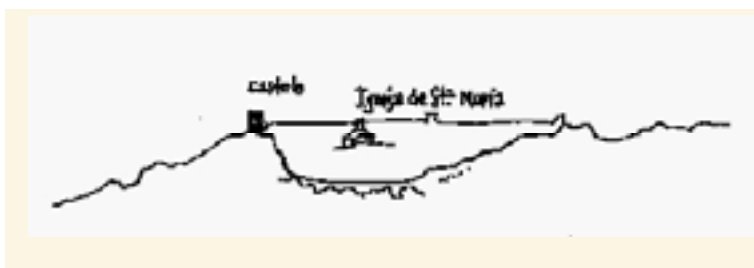


Fig. 68 – Sortelha - vista geral do núcleo da cerca

Fig. 69 – Sortelha - foto interpretação

O castelo de feição roqueira e de planta irregular, em que se destaca a torre de menagem, domina, do cimo de um morro granítico, o espaço da antiga vila. Mostra ter sido objecto de várias reformas ao longo do tempo que ficaram registadas nos diferentes aparelhos de construção do muro da cerca. No topo e remate deste muro observa-se mesmo a adaptação ao uso da artilharia que as reformas manuelina e outras posteriores realizaram. A porta do castelo abre-se no exterior ao largo central da vila onde se situa a antiga Casa da Câmara com o pelourinho diante. Sobranceiro a este largo, do lado oposto ao castelo, implanta-se numa plataforma elevada a igreja de Santa Maria. A malha urbana não mostra qualquer regularidade dispondo-se a maioria das ruas com traçados algo sinuosos por entre penedos graníticos, embora tendentes a convergir para aquele largo central. Destaca-se um eixo principal que atravessa o espaço intra-muros da Porta da Vila à Porta Nova, passando também pelo largo central, e que, no troço entre este e a Porta Nova, é designado por Rua Direita. Para esta última porta orienta-se ainda a chamada Rua da Mesquita o que, talvez por deturpação popular, possa indicar a localização da judiaria. No exterior da Porta Nova localizam-se as ruínas da antiga igreja da Misericórdia que tinha sido antes a paroquial de S. João. Não parece, no entanto, ter-se desenvolvido um arrabalde para este lado da vila. A expansão para o exterior dos muros, que é tardia, orientou-se pelo caminho de saída que tomava a direcção do Sabugal, no lado oposto, dispersando-se em seguida numa área mais baixa, apartada da vila intra-muros. O muro da cerca da vila mostra ser obra datável dos sécs. XIV ou XV.

Notas

- ¹ DR 252; PMH-Leges pp. 378-381
- ² PMH-Leges, 390; doc. nº 142 in Alves IV, 412
- ³ DR 347; PMH-Leges, pp. 424-6
- ⁴ Herculano s/d: IV, 14 e segs. e nota I; doc. in ML, vol. IV, pag. 515, escritura VIII
- ⁵ Herculano s/d: IV, 268 e nota XVIII; doc. in ML, vol. IV, pag. 326
- ⁶ doc. in Alves IV, 56
- ⁷ ANTT, Chancelaria de D. Dinis, Livro 3, fol. 74 ref. por Taborda 1948: 62
- ⁸ Herculano s/d: IV, 268 e nota XVIII, onde transcreve o documento; doc. nº 148 in Alves IV, 434-5
- ⁹ docs. nº 94, 95 e 97 in Alves IV, 277-80, 279 e 283; doc. nº LVII in Carqueja 1955
- ¹⁰ doc. in Alves IV, 57
- ¹¹ Pina 312
- ¹² doc. nº 96 in Alves IV, 281
- ¹³ Cruz 1935.
- ¹⁴ Costa 1868, 2ª ed., I, 379-80
- ¹⁵ DS 127
- ¹⁶ doc. in Alves IV, 79
- ¹⁷ doc. in Viterbo II, 79-80; tb in Alves X, 275
- ¹⁸ doc. nº 99, in Alves IV, 285-288
- ¹⁹ Moreno 1986: 122
- ²⁰ Costa 1868-9. I, 421
- ²¹ PMH-Leges, 601-604
- ²² doc. in Alves: IV, 71 e ss.
- ²³ Alves: I, 296-297
- ²⁴ Alves: IV, 34 e 35
- ²⁵ doc. 105 in Alves: IV, 299
- ²⁶ Tavares 1985: 10 e 12-13
- ²⁷ Grande Enciclopédia, Torre de Moncorvo, 220
- ²⁸ doc. in Meneses 1986
- ²⁹ doc. nº 110 in Alves: IV, 324
- ³⁰ doc. 91 in Alves: IV, 273-274
- ³¹ Costa 1977-87: II, 241-2
- ³² Costa 1977-87: II, 241-2
- ³³ ML, vol. V, p. 280v; ANTT, Além Douro, Liv. 1, fol. 231
- ³⁴ Costa 1977-87, II, 243
- ³⁵ Costa 1977-87, II, 244
- ³⁶ Numeramento de 1527-32 in Collaço 1934: 117
- ³⁷ Costa 1868-9: II, 203
- ³⁸ Dias 1979.
- ³⁹ Azevedo 1878
- ⁴⁰ doc. in Viterbo 1965-6: II, 587, nota I
- ⁴¹ Na leitura de Vasco Rodrigues (1983: 113): IN AERA MCCXIII... CAES... / GULDIM CONNDUCTOR PORTUCALENSIUM / MILITUM TEMPLI REGNANTI ALFONSO / PORTUCALENSIUM REGE. CUM MILITIBUS / SUIS AEDIFICAVIT HANC TURRIM
- ⁴² Rodrigues 1983: 16 e 55-56
- ⁴³ transcritas por Rodrigues 1983: 215
- ⁴⁴ doc. de 1360 transcrito in Rodrigues 1983: 136
- ⁴⁵ Costa 1868-9: II, 204
- ⁴⁶ Alarcão 1988: 54
- ⁴⁷ Memórias Paroquiais da Freguesia de Santiago de Marialva de 1758 transcritas in Rodrigues 1983: 213-215.
- ⁴⁸ DR 264
- ⁴⁹ Rau 1982: 112
- ⁵⁰ Rau 1982: 112
- ⁵¹ Memórias Paroquiais, S. Pedro e S. Tiago de Marialva in Rodrigues 1983: 208-215
- ⁵² Collaço 1934: 116
- ⁵³ Almeida 1967: IV, 121-2
- ⁵⁴ PMH - DC 81
- ⁵⁵ DR I, pp. 337-339 e PMH-Leges pp. 436-439
- ⁵⁶ Pina 1945
- ⁵⁷ Correia 1986: 22, 88 e 171
- ⁵⁸ Correia 1986: 39
- ⁵⁹ Correia 1986: 47
- ⁶⁰ Correia 1986 (p. 171) descreve como e onde surgiram as primeiras casas extra-cerca há pouco menos de cem anos.
- ⁶¹ PMH-DC 81
- ⁶² Barroca 1990/91: 96.
- ⁶³ Correia 1989: 38 e 74.
- ⁶⁴ Correia 1986: 87
- ⁶⁵ DR I, p. 325 e PMH-Leges pp. 433-436.
- ⁶⁶ GOMES 1996: 65
- ⁶⁷ Rau 1982: 85-90 e Moreno 1988
- ⁶⁸ Marques 1988
- ⁶⁹ Cardoso 1748: 335; Dicionário Geográfico, vol. 3, fl. 89 e ss [transcrito in Coixão e Trábulo 1995: 146-8]
- ⁷⁰ Collaço 1934: 110-11
- ⁷¹ Nogueira 1983: 48
- ⁷² Pina 1945: 312
- ⁷³ Almeida 1967: IV, 142
- ⁷⁴ ML, vol. V, fól. 240 v.
- ⁷⁵ Cintra 1959: LXVIII
- ⁷⁶ Nogueira 1983: 53
- ⁷⁷ Nogueira 1983: 54
- ⁷⁸ Almeida 1967: IV, 142

- ⁷⁹ Nogueira 1983: 55
- ⁸⁰ Moreno 1986: 45, doc. 3; também Barros 1945-54: XI, 64
- ⁸¹ Nogueira 1983: 55
- ⁸² Costa 1977-87: II, 420
- ⁸³ Gomes 1996: 28
- ⁸⁴ Maia 1974/77
- ⁸⁵ Cintra 1959: LVII
- ⁸⁶ Pina 1945: 312
- ⁸⁷ PMH-Leges, pp. 481-2
- ⁸⁸ DS 186 e PMH-Leges pp. 541-3
- ⁸⁹ Cintra 1959: 127 [Foros de Castel Rodrigo]
- ⁹⁰ Marta 1996: 42-45
- ⁹¹ Itinerários Régios Medievais
- ⁹² Carvalho 1973: I, 110-114
- ⁹³ Branco 1997: 16
- ⁹⁴ Carvalho 1973: II, 233
- ⁹⁵ Carvalho 1973: I, 120
- ⁹⁶ doc. 2 in Cintra 1959: 134-135
- ⁹⁷ doc. in Carvalho 1973: I, 56; Cintra 1959: LXXII e Nogueira 1983: 33
- ⁹⁸ Carvalho 1973: 47-50
- ⁹⁹ Costa 1868-9: 214
- ¹⁰⁰ Carvalho 1973: I, 67-74
- ¹⁰¹ Carvalho 1973: I, 86
- ¹⁰² PMH-LC, p. 610-612
- ¹⁰³ in Gomes 1996: 11
- ¹⁰⁴ Gomes 1996: 111; doc. de 8 de Abril de 1525 in Viterbo 1899-1922: I, 53; Moreira 1991: 116; Vaz 1989-91: I, 44-45.
- ¹⁰⁵ in Saraiva 1930: 447
- ¹⁰⁶ Correia 1946: 147-8
- ¹⁰⁷ Correia 1946: 157-8; ML, vol. V, p. 121v. e ss.
- ¹⁰⁸ Moreira 108
- ¹⁰⁹ in Gomes 1996: 17
- ¹¹⁰ PMH-LC, p. 586-589
- ¹¹¹ Correia 1946: 285
- ¹¹² PMH-LC, p. 608-610
- ¹¹³ Nogueira 1983: 24
- ¹¹⁴ Nogueira 1983, 26-27, nota 81
- ¹¹⁵ PMH-LC, p. 608-610
- ¹¹⁶ Nogueira 1983: 26
- ¹¹⁷ Itinerários Régios Medievais
- ¹¹⁸ ML, fol. 297; Gusmão 1886: 507
- ¹¹⁹ Correia 1946: 10
- Alarcão, Jorge de (1988) - Roman Portugal. Volume II, Gazetteer (Inventário), Fascicule I, 1. Porto, 2. Bragança, 4. Viseu, Warminster.
- Almeida, Fortunato de (1967-1971) - História da Igreja em Portugal, 2ª ed. por Damião Peres, 4 vols., Porto, Portucalense Editora.
- Alves, Francisco Manuel (1909-1948) - Memórias Archeologico-Historicas do Distrito de Bragança, 11 vols., Porto-Coimbra-Bragança.
- Azevedo, D. Joaquim de (1878) - História Eclesiástica da Cidade e Bispado de Lamego (Finais do século XVIII), Porto
- Barroca, Mário (1990/91) - Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII", «Portugália», Nova Série, Vol. XI-XII, 1990/91, pp. 89-136.
- Barros, Henrique da Gama (1945-54) - História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV, 11 vols., 2ª ed.
- Branco, Manuel da Silva Castelo (1997) - Introdução, in Duarte de Armas, «Livro das Fortalezas», Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições INAPA.
- Cardoso, Pe. Luiz (1748) - Diccionario Geographico, Lisboa.
- Carqueja, Maria da Assunção (1955) - Subsídios para uma monografia da Vila de Torre de Moncorvo (dactil.), Coimbra.
- Carvalho, José Vilhena de (1973) - Almeida, subsídios para a sua história, s/l, 2 vols.
- Cintra, Luis Filipe Lindley (1959) - A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.
- Coixão, António do Nascimento Sá e Trábulo, António Alberto Rodrigues (1995) - Por Terras do Concelho de Foz Côa. Subsídios para a sua história, estudo e inventário do seu património, Vila Nova de Foz Côa.
- Collaço, J. T. Magalhães (1934) - Cadastro da População do Reino (1527), «Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa», Ano III.
- Correia, Lopes (1986) - Notícias de Trancoso, Trancoso, Câmara municipal.
- Correia, Lopes (1989) - Trancoso (Notas para uma monografia), Trancoso, Câmara municipal.
- Correia, Joaquim Manuel (1946) - Terras de Riba Côa. Memória sobre o concelho do Sabugal, Sabugal.
- Costa, Pe. António Carvalho da (1868-9) - Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica..., 2ª ed., 3 vols., Braga.
- Costa, M. Gonçalves (1977-87) - História do Bispado e Cidade de Lamego, 5 vols., Braga.

Bibliografia

- Cruz, António (1935) - Um inédito de António Coelho Gasco sobre antiguidades de Trás-os-Montes, Coimbra, 1935.
- Dias, Pedro (1979) - Tombo da Comenda de Longroiva da Ordem de Cristo (1507), in «Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510», Coimbra, 1979.
- Dicionário Geográfico - ANTT, Dicionário Geográfico.
- DR - Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, ed. por Rui de Azevedo, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1958-61.
- DS - Documentos da Chancelaria de D. Sancho I, ed. por Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Pereira, Coimbra, Universidade, 1979.
- Gomes, Rita Costa (1996) - Castelos da Raia. Vol. I Beira, Lisboa, IPPAR.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1935 ss.
- Gusmão, F. A. Rodrigues de (1886) - Notícia... in «O Instituto», vol. XXXIII, Fev. 1886, 2ª série, nº 8, Coimbra.
- Herculano, Alexandre (s/d) - História de Portugal desde o Começo da Monarquia até ao Fim do Reinado de Afonso III, 8 vols., 9ª ed., Lisboa, Livraria Bertrand.
- Itinerários Régios Medievais. Elementos para o Estudo da Administração medieval portuguesa, I, Itinerário del-rei D. Dinis, 1279-1325, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1962.
- Maia, Manuel (1974/77) - Vias Romanas no Território dos "interannienses", «O Arqueólogo Português», série III, vols. VII a IX, Lisboa, 1974/77, p. 215-226.
- Marques, José (1988) - Relações de D. Afonso V e D. João II com a Comuna Judaica de Trancoso. Algumas Notas, Porto (separata do vol. III da Revista de Ciências Históricas Universidade Portucalense Infante D. Henrique)
- Marta, Ilídio (1996) - Pinhel Falcão, 2ª edição, Pinhel.
- Meneses, Miguel Pinto de (1986) - Foral de Vila Flor, Vila Flor, Câmara Municipal.
- ML - Monarquia Lusitana, por Fr. Bernardo de Brito, Fr. António Brandão, Fr. Francisco Brandão, vols. I a VI, ed. por A. da Silva Rego, Lisboa, Imprensa Nacional, 1973-1980.
- Moreira, Rafael (1991) - "A época manuelina", Portugal no Mundo. História das Fortificações Portuguesas no Mundo, dir. de Rafael Moreira, Lisboa, pp. 91-142.
- Moreno, Humberto Baquero (1986) - Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI. Estudos de História, Lisboa, Editorial Presença.
- Moreno, Humberto Baquero (1988) - A Feira de Trancoso nos séculos XIV e XV, Porto (separata do vol. III da Revista de Ciências Históricas Universidade Portucalense Infante D. Henrique)
- Nogueira, José Artur Anes Duarte (1983) - A Organização Municipal da Extremadura Leonesa nos Sécs. XII e XIII, Coimbra (separata de Boletim da Faculdade de Direito).
- Pina, Rui de (1945) - Crónica de D. Dinis, Porto
- PMH-DC - Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae.
- PMH-Leges - Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines.
- Rau, Virgínia (1982) - Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo, Lisboa, Editorial Presença.
- Rodrigues, Adriano Vasco (1983) - Terras da Meda. Natureza e Cultura, Meda.
- Saraiva, José Mendes da Cunha (1930) - A Região de Riba Coa e um autógrafo de Brás Garcia de Mascarenhas, Coimbra.
- Taborda, Joaquim Augusto Ramos (1948) - Freixo de Espada à Cinta. Monografia, Lisboa, S.N.I.
- Tavares, José Augusto (1985) - Monografia de N. S. da Teixeira - Extinto ermitério, Torre de Moncorvo, Associação Cultural e Recreativa do Sto. Cristo.
- Vaz, Pe. Francisco (1989-91) - Alfaiates na órbita de Sacaparte, 3 vols. Lisboa.
- Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1899-1922) - Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portugueses ou ao Serviço de Portugal, 3 vols., Lisboa.
- Viterbo, Joaquim de Santa Rosa de (1965-6) - Elucidário das Palavras, Termos e Frases, Porto, Livraria Civilização, 2 vols.